



# **REGIMENTO INTERNO**

# CLUBE DE ENGENHARIA

## REGIMENTO INTERNO

### COMISSÃO

Carlos Theóphilo (Presidente)

Sérgio Gonzaga (Relator)

Antonio Pagy

Plínio Cantanhede

Fernando Uchoa

Carlos Augusto Brandão

Mauro Werneck

A.M. Siqueira Cavalcanti

Adelino Simões

EMISSÃO EM 07.04.83

REVISÃO EM 23.05.83

REVISÃO EM 19.09.83

APROVADO EM 14.01.85 (RCD 10/85)

ALTERADO PELAS RCD 13, 15 e 16/86

REVISTO E ALTERADO NOS TÍTULOS VI E VII EM  
2015

## INDICE

TITULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	05
TITULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL	06
TITULO III - DO CONSELHO DIRETOR	07
Capítulo I - Da constituição e competência	07
Capítulo II - Da constituição da mesa	07
Capítulo III - Das atribuições dos membros da mesa	07
Capítulo IV - Do Plenário	09
Capítulo V - Das reuniões	10
TÍTULO IV - DA DIRETORIA	13
Capítulo I - Da constituição e competência	13
Capítulo II - Da Presidência	13
Capítulo III - Da Vice-Presidência	14
Capítulo IV - Da Diretoria Administrativa	14
Capítulo V - Da Diretoria Financeira	14
Capítulo VI - Da Diretoria Técnica	14
Capítulo VII - Do Conselho Coordenador das DTE'S	15
Capítulo VIII - Das Divisões Técnicas	16
Capítulo IX - Da Diretoria Cultural	18
Capítulo X - Da Diretoria Social	18
Capítulo XI - Das Reuniões	18
TÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL	20
TÍTULO VI - DO CONSELHO EDITORIAL	21
Capítulo I - Da constituição	21
Capítulo II - Da competência	21
Capítulo III - Do funcionamento	22
Capítulo IV - Da eleição dos membros do Conselho Editorial	23
TÍTULO VII - DAS ELEIÇÕES	24
Capítulo I - Da abrangência e das Datas	24
Capítulo II - Das formas de votação e apuração	24
Capítulo III - Do registro de chapas para eleições	25
Capítulo IV - Da Propaganda e do Funcionamento	26
Capítulo V - Das formalidades preparatórias de votação	28
Capítulo VI - Da instalação da Assembleia e constituição da mesa	29
Capítulo VII - Da Votação	29
Capítulo VIII - Da votação por correspondência para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Diretoria e Comissões Executivas das DTE's	32

Capítulo IX - Da votação e apuração mistas	33
Capítulo X - Da apuração e da proclamação para votação totalmente manual	35
Capítulo XI – Da ata de encerramento das eleições	39
Capítulo XII - Das Dos recursos quanto aos resultados	40
Capítulo XIII – Das eleições para as Divisões Técnicas Especializadas	40
Capítulo XIV – Das eleições para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ	43
Capítulo XV – Das eleições de representantes junto às demais entidades onde o CE tenha representação permanente	50
Capítulo XVI – Das representações permanentes	52
Capítulo XVII – Das condições para obtenção da condição de Conselheiro Honorífico	54
TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	57
Capítulo I - Das Contribuições Financeiras	57
Capítulo II - Das faltas e penalidades	57
Capítulo III - Das representações permanentes	58
Capítulo IV - Dos sócios empregados e funcionários	58
Capítulo V - Licenciamento de Sócios	58
TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	59

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Artigo 1º** - O Regimento Interno tem a finalidade de regulamentar os dispositivos do Estatuto do CLUBE DE ENGENHARIA, em observância ao Artigo 4º do referido Estatuto.

**Parágrafo único** - O CLUBE DE ENGENHARIA neste Regimento Interno é designado simplesmente CLUBE.

**Artigo 2º** - Em caso de divergência entre este Regimento Interno e o Estatuto do CLUBE prevalecerá o estabelecido no Estatuto.

**Artigo 3º** - Alterações no Regimento Interno somente poderão ser apreciadas e votadas pelo Conselho Diretor quando encaminhadas aos Conselheiros com o mínimo de 30 dias de antecedência à reunião que as apreciará.

**Parágrafo único** - As alterações no Regimento Interno somente serão apreciadas pelo Conselho Diretor quando encaminhadas por um mínimo de dez (10) Conselheiros.

## **TÍTULO II**

### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 4º** - De acordo com o artigo 21 do ESTATUTO a Assembleia Geral é o órgão deliberativo supremo do CLUBE e sua competência e atribuições estão descritas no Capítulo I do Título III deste ESTATUTO.

## **TÍTULO III**

### **DO CONSELHO DIRETOR**

#### **Capítulo I**

Da constituição e competência

**Artigo 5º** - A constituição e competência do Conselho Diretor estão descritas nos Artigos 31 e 32 do ESTATUTO.

#### **Capítulo II**

Da constituição da mesa

**Artigo 6º** - As reuniões do Conselho Diretor serão presididas pelo Presidente do CLUBE e secretariadas por um Primeiro e Segundo Secretário eleitos anualmente entre seus membros na primeira reunião após a posse do terço renovado em agosto.

**Parágrafo primeiro** - No caso de ausência ou impedimento do Presidente do CLUBE a Presidência do Conselho será exercida sucessivamente pelo Vice Presidente, ou o membro da Diretoria presente na ordem de tempo de filiação ao Clube.

**Parágrafo segundo** - No caso de ausência ou impedimento dos 1º e 2º Secretários, estes serão substituídos por secretários “ad hoc” indicado na ocasião pelo Presidente dentre os membros do Conselho.

#### **Capítulo III**

Das atribuições dos membros da mesa

**Artigo 7º** - Ao Presidente do Conselho, como responsável pela ordem dos trabalhos, cabem as seguintes atribuições:

(a) presidir as reuniões conduzindo-as de acordo com a agenda previamente distribuída pelo 1º Secretário aos Conselheiros;

(b) Submeter a ata de reunião anterior à discussão e aprovação do Conselho;

(c) conceder a palavra aos membros do Conselho da ordem das solicitações, verbais ou escritas, e negá-las aos que a pedirem em momento impróprio;

(d) interromper e suspender o uso da palavra do orador que;

- falar contra o vencido;
- falar a propósito de qualquer declaração de voto apresentada por outro;
- falar fora do assunto em pauta.

(e) chamar a atenção do orador ao se esgotar o tempo em que tem direito de ocupar a tribuna;

(f) submeter, quando for o caso, as propostas à discussão e votação, estabelecendo de modo nítido os pontos em votação, anunciando ao final os resultados;

(g) conceder a palavra para “declaração de voto”;

(h) informar ao Conselho sobre qualquer ponto de ordem ou de procedimento;

(i) interromper os trabalhos da sessão, desde que considere isso de necessidade;

(j) convocar reuniões extraordinárias por iniciativa própria ou decisão da maioria do Conselho;

(k) resolver as questões de ordem claramente levantadas durante as sessões;

(l) resolver, na forma do Estatuto e deste Regimento, sobre os requerimentos submetidos à sua consideração ou do Conselho, durante a sessão;

(m) adotar providências julgadas convenientes à maior objetividade e eficiência da sessão;

(n) transferir para o sessão seguinte ou para sessão extraordinária aprovada pelo Conselho, a discussão e/ou decisão de matéria constante da Agenda e não tratada na reunião em pauta.

**Artigo 8º** - O Presidente do Conselho não poderá, a não ser na qualidade de membro da Diretoria, ou como representante desta, oferecer projetos, indicações ou requerimentos, nem votar, salvo nos casos de empate ou nos de escrutínio secreto.

**Artigo 9º** - Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente do Conselho deixará a cadeira da Presidência, passando-a a seu substituto, durante o período em que o assunto estiver sendo tratado.

**Artigo 10º** - Ao 1º Secretário do Conselho, ou seu substituto, compete:

(a) preparar e distribuir com antecedência mínima de 7 (sete) dias as agendas das reuniões;

(b) providenciar para que sejam publicadas e distribuídas sob forma de Resoluções as decisões de caráter permanente tomadas pelo Conselho;

(c) fazer a verificação de votação, nos casos em que esta for pedida;



- (d) informar ou esclarecer sempre que solicitado, acerca dos assuntos sobre os quais o Conselho haja resolvido ou decidido;
- (e) assinar com o Presidente as Resoluções aprovadas pelo Conselho.

**Artigo 11º** - Ao 2º Secretário do Conselho, ou ao seu substituto cabe:

- (a) redigir e assinar, juntamente com o Presidente as atas das reuniões após aprovação do Conselho;
- (b) fazer o extrato do ocorrido nas sessões do Conselho a fim de serem divulgadas;
- (c) auxiliar o 1º Secretário nos casos de verificação de votação.

## **Capítulo IV Do Plenário**

**Artigo 12** - O Plenário do Conselho poderá reunir-se em sessões ordinárias ou extraordinárias.

**Artigo 13** - Ordinárias são as sessões quinzenais realizadas em dia e hora fixados anualmente pelo próprio Conselho.

**Artigo 14** - Extraordinárias são as sessões realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as sessões ordinárias, convocadas nos termos da alínea (j) do Artigo 37 deste Regimento.

**Artigo 15** - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho somente poderão ser realizadas com o quorum mínimo de vinte e cinco (25) de seus membros.

**Artigo 16** - As sessões ordinárias e extraordinárias terão a duração de duas horas efetivas.

**Parágrafo primeiro** - Quando figurarem na agenda assuntos de grande importância a discutir e votar, o Presidente poderá convocar a sessão declarando que sua duração poderá estender-se por mais uma hora.

**Parágrafo segundo** - O Plenário poderá, por decisão da maioria prorrogar de uma hora, no máximo, o prazo normal de duas horas, determinado no caput deste artigo.

**Artigo 17** - Os projetos ou proposições tratando de assuntos, de interesse da engenharia ou de caráter técnico, social ou cultural, pendentes de decisão por parte do Conselho, serão encaminhados, sempre que possível e por decisão do Plenário, aos respectivos órgãos da Diretoria, especialmente às Divisões Técnicas, com vistas a obter seu parecer sobre o assunto, antes da decisão do Conselho.

## **Capítulo V** **Das reuniões**

**Artigo 18** - As sessões do Conselho serão divididas em cinco (5) partes.

a) a primeira, denominada de primeira etapa do expediente, destinada à comunicações e manifestações dos membros do Conselho Diretor sobre quaisquer assuntos, a ser iniciadas na hora marcada para o início da sessão e com duração máxima de 15 (quinze) minutos, improrrogáveis, e durante a qual é vedada a votação de quaisquer matérias.

(b) a segunda, destinada a exposição de temas especiais de interesse da Engenharia por pessoa de notório conhecimento na área, especialmente convidada pelo Presidente, por iniciativa própria ou por decisão do Conselho;

(c) a terceira, da Ordem do Dia, destinada à discussão e votação da matéria previamente anunciada.

As propostas serão incluídas na Ordem do Dia desde que encaminhadas por escrito pelos Conselheiros ao Presidente com antecedência mínima de dez (10) dias da data da reunião, onde será levada a debate;

“Propostas com pedido de urgência poderão ser encaminhadas por escrito à mesa do Conselho, na primeira hora da sessão, com um mínimo de 20 assinaturas de membros do Conselho Diretor, presentes. As propostas que atenderem a estas exigências terão preferência sobre os itens da Ordem do Dia sendo automaticamente colocadas em discussão e votação”.

(d) a quarta denominada expediente e destinada a comunicação do Presidente e manifestações dos Conselheiros sobre quaisquer assuntos.

(e) a quinta denominada segunda etapa do expediente, dando prosseguimento à primeira etapa do expediente, caso ainda restem comunicações e manifestações dos Conselheiros à serem feitas.

- **Parágrafo Único** – Na primeira etapa do expediente, o membro do Conselho Diretor poderá usar a palavra pelo tempo máximo de 3 (três) minutos, improrrogável, não se aplicando portanto o disposto no Artigo 24 deste Regimento.

**Artigo 19** - Nos termos, do Artigo 14, alínea (c) do Estatuto os sócios do Clube terão direito de assistir às sessões do Conselho Diretor, e participar das discussões dos assuntos em pauta quando autorizadas por este.

**Artigo 20** - A convite do Presidente do Clube o Conselho poderá realizar sessões especiais para recepção de altas personagens ou para qualquer comunicação importante e urgente, assim como pelos mesmos motivos, o Presidente da Mesa poderá interromper qualquer sessão que esteja presidindo.

**Artigo 21** - À hora aprazada pela realização da reunião, o Presidente da Mesa, caso não tenha sido atingido o “quorum” de vinte e cinco (25) membros, prorrogará por trinta minutos a sua instalação.

**Artigo 22** - Findo o prazo de trinta minutos, ainda sem “quorum”, será declarada pelo Presidente da Mesa a impossibilidade de abertura dos trabalhos, marcando nova data e hora, para realização da sessão.

**Artigo 23** - Nesse último caso, o Presidente e o Secretário despacharão o expediente que não admitir postergação, ficando para a nova reunião a matéria sujeita a deliberação.

**\*Artigo 24** - No debate de qualquer matéria constante da pauta, o membro do Conselho poderá usar da palavra pelo tempo máximo de 3 minutos podendo, a critério da Mesa, ser prorrogado por mais 3 minutos”.

**Parágrafo Primeiro** – Os apartes serão concedidos ou não pelo orador e estarão compreendidos dentro do seu tempo disponível.

**Parágrafo Segundo** – O tempo será controlado por dispositivo com sinal ótico.

Instalar com urgência na sala de reuniões do Conselho Diretor um relógio que permita verificar a hora oficial de início e o tempo de desenvolvimento das sessões com o controle efetivo do tempo gasto nos vários itens da Agenda.

**Artigo 25** - A lista de inscrição de oradores para discussão de um assunto poderá ser encerrada pelo Presidente desde que anunciada a intenção previamente.

**Artigo 26** - Para encaminhamento da votação poderão usar da palavra dois Conselheiros, sendo um contra e outro a favor pelo tempo máximo de cinco (5) minutos.

**Artigo 27** - A matéria não submetida a votação, por falta de “quorum” de que trata o artigo 50, será incluída preferencialmente na Ordem do Dia da reunião seguinte.

**Artigo 28** - As matérias serão votadas normalmente por votação simbólica.

**Parágrafo primeiro** - Por solicitação de qualquer conselheiro a Mesa procederá à verificação de votação.

**Parágrafo segundo** - Por decisão da maioria dos Conselheiros presentes a votação poderá ser secreta, preparando nesta caso a Mesa, cédulas adequadas ao procedimento.

**Artigo 29** - A intervenção na reunião por parte dos membros do Conselho poderá ser verbal ou escrita.

**Parágrafo primeiro** - Serão verbais e independem de votação os pedidos de:

(a) uso ou desistência da palavra;

- (b) verificação de qualquer votação;
- (c) providências relacionadas com serviços a cargo dos diversos órgãos diretivos do Clube;

**Parágrafo segundo** - serão verbais, e votados por maioria simples, os pedidos de:

- (a) indicações de comissões especiais para representarem o Clube;
- (b) adiamento da discussão de qualquer assunto em consideração;
- (c) encaminhamento de qualquer matéria à consideração da Diretoria ou parecer de órgão técnico ou de comissão especial;
- (d) inserção em ata de qualquer moção de regozijo ou voto de pesar.

**Parágrafo terceiro** - Serão escritos e votados por maioria simples, os pedidos de:

- (a) concessão de preferência na consideração de matéria constante da Ordem do Dia;
- (b) reconhecimento de urgência para consideração de qualquer matéria não incluída na Ordem do Dia;
- (c) inversão de sequência na consideração da matéria constante da Ordem do Dia;
- (d) alteração do método normal de votação de qualquer matéria;
- (e) adiamento de discussão de matéria constante da Ordem do Dia;
- (f) destaque de qualquer emenda aprovada em bloco, a fim de ser debatida isoladamente;
- (g) emendas a projetos ou matéria em debate;
- (h) concessão de preferência na consideração de qualquer emenda, desde que solicitada na apresentação desta última.

**Artigo 30** - As emendas a qualquer projeto ou matéria em discussão serão supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas em parte, devendo ser consideradas e votadas nessa ordem, ficando prejudicadas as últimas categorias, desde que aprovadas as primeiras.

**Artigo 31** - As emendas apresentadas por Comissões especiais que tratem da matéria ou por quaisquer órgãos, do Clube interessados no assunto, serão consideradas preferencialmente.

**Artigo 32** - As questões de ordem apresentadas em qualquer fase de debate, versarão exclusivamente sobre dúvidas devidas a omissões ou interpretação de disposições constantes do Estatuto, deste Regimento ou de procedimento, na ordem dos trabalhos do Conselho.

**Artigo 33** - De cada sessão lavrar-se-á, a respectiva Ata, cuja aprovação será submetida ao Conselho e que conterá, transcritas em forma clara as ocorrências havidas, devendo incluir os nomes dos membros do Conselho presentes.

**Parágrafo único** - A Diretoria Administrativa providenciará para que sejam distribuídos aos Conselheiros que os solicitarem, exemplares das atas aprovadas na reunião anterior.

## **TITULO IV DA DIRETORIA**

### **Capítulo I Da constituição e competência**

**Artigo 34** - Nos termos do artigo 33 do ESTATUTO a Diretoria , órgão executivo do CLUBE DE ENGENHARIA, é composta pelo seguintes órgãos:

- (a) Presidência;
- (b) Vice-Presidência;
- (c) Diretoria Administrativa;
- (d) Diretoria Financeira;
- (e) Diretoria Técnica;
- (f) Diretoria Cultural;
- (g) Diretoria Social.

**Artigo 35** - As atribuições e competência da Diretoria estão descritas no artigo 34 do ESTATUTO.

**Artigo 36** - No impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, a Diretoria será presidida por um Diretor escolhido entre os presentes.

### **Capítulo II Da Presidência**

**Artigo 37** - A competência e atribuições da Presidência estão descritas no artigo 37 do ESTATUTO.

**Artigo 38** - Para auxiliar a Presidência na representação e divulgação das ações e eventos de interesses do CLUBE será organizada uma Assessoria de Comunicações Sociais diretamente ligada à Presidência.

**Artigo 39** - Por proposta do Presidente e ato da Diretoria poderão ser criadas outras Assessorias Especializadas, com prazo de duração definido no ato que as criar, e destinadas a auxiliar a Presidência no estudo e encaminhamento de assuntos específicos de interesse do CLUBE e que por sua natureza devam ser tratados ao nível da Presidência.

### **Capítulo III Da Vice-Presidência**

**Artigo 40** - A competência e atribuições do Vice-Presidente estão descritas no artigo 38 do ESTATUTO.

**Artigo 41** - Por delegação do Presidente as Assessorias Especializadas criadas de acordo com o artigo 8º poderão ser vinculadas à Vice-Presidência cabendo então a este a coordenação dos trabalhos desta Assessoria.

#### **Capítulo IV** Da Diretoria Administrativa

**Artigo 42** - A competência e atribuições do Diretor Administrativo e respectivo Vice-Diretor estão descritas nos artigos 39 e 45 do ESTATUTO.

**Artigo 43** - Por proposta do Diretor Administrativo e Ato de Diretoria a Diretoria Administrativa se estruturará em Assessorias, Gerências, Superintendência, Departamento e/ou Divisões, fazendo-se constar as respectivas atribuições no ato que as criar.

#### **Capítulo V** Da Diretoria Financeira

**Artigo 44** - A competência e atribuições do Diretor Financeiro e respectivo Vice-Diretor estão descritas nos artigos 40 e 45 do ESTATUTO.

**Artigo 45** - Por proposta do Diretor Financeiro e Ato da Diretoria a Diretoria Administrativa se estruturará em Assessorias, Gerências, Superintendências, Departamentos e/ou Divisões, fazendo-se constar as respectivas atribuições no ato que as criar.

#### **Capítulo VI** Da Diretoria Técnica

**Artigo 46** - A competência e atribuições do Diretor Técnico e respectivo Vice-Diretor estão descritas nos artigos 41 e 45 do ESTATUTO.

**Artigo 47** - Para o cumprimento de suas atribuições a Diretoria Técnica disporá dos seguintes órgãos:

- (a) Conselho Coordenador das Divisões Técnicas;
- (b) Divisões Técnicas (DTE);
- (c) Assistentes Técnicos;
- (d) Grupos de Trabalhos;
- (e) Assessorias Especializadas.

**Artigo 48** - O Diretor Técnico poderá nomear Assistentes Técnicos para auxiliá-lo no cumprimento de suas atribuições estatutárias.

**Artigo 49** - Por proposta do Diretor Técnico e ato da Diretoria poderão ser criadas Assessorias Especializadas ou Grupos de Trabalho, com prazo de duração definido no ato que as criar e destinados a auxiliar ao Diretor Técnico no estudo e encaminhamento de assuntos específicos de interesse da Diretoria Técnica e que por sua natureza devam ser tratados neste nível.

**Parágrafo único** - Ao criar as Assessorias ou Grupos de Trabalho previstos no caput deste artigo, o Diretor Técnico e a Diretoria deverão, em princípio, incorporar representantes das Divisões Técnicas que em caráter permanente se dediquem direta ou indiretamente ao estudo do assunto em pauta.

## **Capítulo VII**

### **Do Conselho Coordenar das DTE'S**

**Artigo 50** - O Conselho Coordenador das DTE'S é um órgão colegiado de intercâmbio e consulta entre os integrantes da Diretoria Técnica e é composto de:

- (a) Diretor Técnico;
- (b) Vice-Diretor Técnico;
- (c) Chefe das Divisões Técnicas

**Parágrafo primeiro** - São também membros do Conselho Coordenador, somente com direito a voz, os Sub-chefes e Secretários das Divisões Técnicas e os Assistentes Técnicos.

**Parágrafo segundo** - Na ausência do Chefe da DTE na reunião do Conselho Coordenador, ele será substituído pelo Sub-chefe e Secretário, nesta ordem, quando então, os substitutos adquirirão o direito de voto em nome da DTE que representam.

**Artigo 51** - Compete ao Conselho Coordenador das Divisões Técnicas:

- (a) programar reuniões conjuntas de DTE'S quando os assuntos em pauta forem de interesse de mais de uma DTE;
- (b) analisar e emitir parecer sobre os estudos e projetos de resoluções elaborados pelas Divisões Técnicas que, nos termos do artigo 42 ESTATUTO, devam ser levadas ao Conselho Diretor pelo Diretor Técnico;
- (c) manter as DTE's em entendimentos freqüentes coordenando-lhes as atividades e proporcionando-lhes, através de mútua e constante cooperação, as melhores condições para cumprirem, com eficiência, as tarefas de sua responsabilidade;
- (d) consolidar os programas anuais de trabalho das DTE's de forma a torná-los harmônicos, evitando duplicação desnecessária de esforços ou carências de atividades em áreas prioritárias ou de alto interesse dos engenheiros e da Engenharia;
- (e) promover a elaboração, pelas DTE's de teses ou comunicações a serem apresentadas como contribuição dos associados do CLUBE em congressos, seminários ou conferências de interesse da Engenharia;
- (f) designar Grupo de Trabalho com componentes de várias DTE's para estudar a emitir parecer sobre assuntos específicos julgados de interesse e para os quais devam contribuir várias DTE's;
- (g) sugerir ao Conselho Editorial a publicação de artigos ou matérias desenvolvidas no âmbito das Divisões Técnicas.

**Parágrafo primeiro** - O Conselho Coordenador reuniu-se-à ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente em qualquer época sempre que convocado pelo Diretor Técnico ou decidido pela maioria de seus membros.

**Parágrafo segundo** - As reuniões do Conselho Coordenador serão presididas pelo Diretor Técnico, ou no seu impedimento pelo Vice-Diretor Técnico e secretariadas por um secretário eleito anualmente entre os seus membros.

**Parágrafo terceiro** - As reuniões do Conselho Coordenador serão realizadas sempre com a presença mínima de metade de seus membros com direito a voto e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião e registradas em ata.

## **Capítulo VIII**

### **Das Divisões Técnicas**

**Artigo 52** - As Divisões Técnicas, previstas no parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto são órgãos de caráter permanente constituídos pela reunião de sócios do CLUBE, interessados em determinada especialidade, ramo ou setor da Engenharia.

**Artigo 53**- Compete às Divisões Técnicas:

- (a) auxiliar o Diretor Técnico ou cumprimento de suas funções nos termos do artigo 41 e 42 do ESTATUTO;
- (b) promover entre seus filiados o estudo e debate dos temas afetos à sua especialidade;



- (c) promover seminários, painéis, congressos ou encontros sobre assuntos de sua especialidade destinados ao conjunto dos associados do CLUBE ou, quando for o caso, abertos a participação do público em geral;
- (d) estudar e emitir parecer sobre as questões relacionadas com sua especialidade que lhes sejam propostas por qualquer de seus membros, pelo Diretor Técnico, pelo Conselho Coordenador, pela Diretoria ou pelo Conselho Diretor;
- (e) promover a elaboração de teses, que devam ser encaminhadas a congressos, reuniões e conferências relacionadas com a Engenharia.

**Artigo 54** - As Divisões Técnicas podem ser criadas, extintas, fundidas ou ter sua designação alterada por resolução do Conselho Diretor baseada em proposta do Diretor Técnico, da Diretoria ou de pelo menos dez (10) membros do Conselho Diretor.

**Parágrafo Único** - A área de atuação de cada Divisão Técnica deverá ser estabelecida no ato que a criar.

**Artigo 55** - Cada Divisão Técnica dirigida por uma Mesa Diretora com mandato de ano, e um máximo de dois mandatos sucessivos e constituída por um Chefe, um Sub-chefe e pelo menos um Secretário, eleitos de acordo com as seguintes normas:

- (a) a eleição será por voto secreto, em cédula única contendo os nomes indicados para as respectivas funções, todos inscritos na Divisão Técnica há pelo menos, 30 (trinta) dias anteriores ao primeiro dia das eleições;
- (b) o Sub-chefe substituirá o Chefe da Mesa Diretora em caráter eventual ou permanente, no seu impedimento completando-lhe o mandato quando for o caso;
- (c) somente poderão votar nas eleições da Mesa Diretora os sócios efetivos do Clube de Engenharia inscritos na Divisão Técnica respectiva há pelo menos 30 (trinta) dias anteriores ao primeiro dia das eleições;
- (d) a eleição será procedida no período de 1 (um) dia útil de 12 a 20 horas, devendo o voto ser direto e realizada na última quinta-feira do mês de abril;
- (e) a Diretoria Técnica deverá elaborar regulamento e normas para a condução das eleições;
- (f) a Mesa Diretora, será empossada logo a seguir do conhecimento dos resultados da eleição ;
- (g) a divulgação das eleições, por circular da Diretoria Técnica, deve ser postada até 30 (trinta) dias do dia de votação, e deve conter todos os esclarecimentos necessários aos eleitores;
- (h) somente os sócios efetivos quites poderão participar da votação;
- (i) a Diretoria Técnica providenciará para distribuir entre os membros das DTE's com direito a voto nomes e programas dos candidatos à Mesa Diretora de cada DTE, quando apresentados com antecedência mínima de 10 dias para divulgação;
- (j) caso não se apresentem candidatos à direção de uma DTE o Diretor Técnico levará o assunto ao Conselho Coordenador que decidirá sobre uma nova convocação ou encaminhamento da matéria ao Conselho Diretor.

**Artigo 56** - As Divisões Técnicas reunir-se-ão ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente em qualquer época sempre que convocada por seu Chefe ou por decisão da maioria dos membros presentes à reunião que decidir sobre a convocação.

## **Capítulo IX**

### **Da Diretoria Cultural**

**Artigo 57** - A competência e atribuições do Diretor Cultural e respectivo Vice-Diretor estão descritas nos artigos 43 e 45 do ESTATUTO.

**Artigo 58** - Por proposta do Diretor Cultural e Ato da Diretoria e Diretoria Cultural se estruturará em Departamentos e/ou Divisões, fazendo-se contar as respectivas atribuições no ato que as criar.

**Artigo 59** - Por proposta do Diretor Cultural e resolução da Diretoria poderão ser criadas Assessorias Especializadas ou Grupos de Trabalho, com prazo de duração definido no ato que as criar e destinados a auxiliar ao Diretor Cultural no cumprimento de suas atribuições.

## **Capítulo X**

### **Da Diretoria Social**

**Artigo 60** - A competência e atribuições do Diretor Cultural e respectivo Vice-Diretor estão descritas nos artigos 44 e 45 do ESTATUTO.

**Artigo 61** - Por proposta do Diretor Social e Ato da Diretoria a Diretoria Social se estruturará em Departamentos e/ou Divisões, fazendo-se constar as respectivas atribuições no ato que as criar.

**Artigo 62** - Por proposta do Diretor Social e resolução da Diretoria poderão ser criadas Assessorias Especializadas ou Grupos de Trabalho, com prazo de duração definidos no ato que os criar e destinados a auxiliar o Diretor Social no cumprimento de suas atribuições.

## **Capítulo XI**

### **das Reuniões**

**Artigo 63** - As sessões da Diretoria realizar-se-ão ordinariamente duas vezes por mês, só deliberando com o “quorum” mínimo de quatro (4) de seus membros.

**Artigo 64** - As sessões da Diretoria serão divididas em quatro (4) partes:

- (a) Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- (b) Expediente;
- (c) Ordem do Dia;
- (d) Assuntos diversos.

**Parágrafo primeiro** - Após a leitura da Ata, será lido o Expediente e feitas comunicações pelos membros da Diretoria, não podendo ultrapassar de meia hora a duração desta parte da Sessão.

**Parágrafo segundo** - Na Ordem do Dia será examinada a matéria existente, devendo a mesma ser submetida à votação, logo após ter sido apresentada pelo Diretor Administrativo ou autor da proposição e prestados os esclarecimentos solicitados em tempo não superior a cinco (5) minutos. Tais esclarecimentos são pedidos em uma só intervenção que não ultrapasse a dez minutos de duração.

**Parágrafo terceiro** - A votação de qualquer matéria na Ordem do dia consignará em Ata as declarações de voto.

**Artigo 65** - As reuniões da Diretoria obedecerão rigorosamente a ordem do Dia previamente organizada pelo Diretor Administrativo de acordo com o Presidente e distribuída aos Diretores com antecedência mínima de três dias, devendo constar da mesma explicitamente, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo primeiro** - Os assuntos não constantes da Ordem do Dia só poderão ser decididos com o voto favorável da maioria absoluta dos Diretores.

**TÍTULO V**  
**DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 66** - De acordo com o artigo 35 do ESTATUTO o Conselho Fiscal é o órgão da fiscalização permanente do CLUBE DE ENGENHARIA e na constituição e competência estão descritas nos artigos 35 e 36 deste ESTATUTO.

**TÍTULO VI**  
**DO CONSELHO EDITORIAL**

**Capítulo I**

**Da Constituição**

**Artigo VI -1** - O Conselho Editorial eleito pelo Conselho Diretor nos termos da alínea (p) do artigo 33 do ESTATUTO é constituído por:

- (a) um dos Diretores designado para Assuntos Institucionais, na qualidade de editor das publicações;
- (b) dez (10) membros efetivos, eleitos pelo Conselho Diretor.

§ 1º - As reuniões do Conselho Editorial serão presididas por um dos Diretores do Clube designados para Assuntos Institucionais ou em caso de ausência por um Diretor do Clube sem essa atribuição específica

§ 2º - O Conselho Editorial deverá ser constituído na 2ª reunião após a posse do terço renovado do Conselho Diretor e terá mandato de um (1) ano.

**Capítulo II**

**Da Competência**

**Artigo VI -2** - Compete ao Conselho Editorial orientar a edição das publicações do CLUBE, cuja responsabilidade pela edição é dos Diretores designados para Assuntos Institucionais nos termos da alínea (c) do Artigo 40 do ESTATUTO.

**Artigo VI -3** - Para o exercício de sua função caberá ao Conselho Editorial, especificamente:

- (a) definir a linha editorial do Jornal e da Revista do CLUBE.
- (b) decidir sobre a publicação de artigos assinados;
- (c) garantir através do Jornal a livre manifestação dos associados sobre assuntos de interesse do CLUBE e da Engenharia no sentido amplo das especialidades definidas no artigo 9 do Estatuto do Clube.;
- (d) cumprir e fazer cumprir as determinações estatutárias de publicações de editais, balanços e outros no Jornal;
- (e) decidir pela publicação, tiragem e distribuição de livros, anais, folhetos ou separatas que registrem assuntos ou eventos relevantes para o CLUBE e para a Engenharia no sentido amplo das especialidades definidas no artigo 9 do Estatuto do Clube., respeitado o estabelecido no Orçamento do Clube;
- (f) zelar para que haja adequada divulgação das resoluções ou debates havidos no Conselho Diretor;
- (g) zelar para que haja adequada divulgação dos assuntos ou eventos que foram objeto das atividades das Diretorias Cultural , Social e Técnica, especialmente das DTE's desta última;

- (h) zelar para que haja ampla cobertura das publicações do CLUBE para as ações ou demandas em que o CLUBE esteja empenhado em defesa da Engenharia ou dos Engenheiros, no sentido amplo das especialidades definidas no artigo 9 do Estatuto do Clube;
- (i) apresentar ao Conselho Diretor, proposta, a ser apresentada pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais quanto à publicação, tiragem e distribuição de livros, anais, folhetos ou separatas que não tenham sido contemplados nominalmente no Orçamento vigente.

### **Capítulo III**

#### **Do Funcionamento**

**Artigo VI -4** - O Conselho Editorial reunir-se-á quinzenalmente em sessões ordinárias ou em qualquer época quando convocado pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais.

**Artigo VI -5** Para a edição do Jornal ou da Revista do CLUBE haverá obrigatoriamente uma reunião para aprovação da pauta que antecede à edição e uma reunião após a edição para análise do número editado.

§ 1º - A pauta preparada com antecedência pelo editor e submetida à aprovação do Conselho Editorial, conterá a estrutura do Jornal ou da Revista, discriminando as diversas seções, assuntos a serem abordados por reportagens e noticiários e artigos assinados a serem incluídos, se aprovados no Conselho.

§ 2º - A reunião de aprovação da pauta deverá ser dedicada exclusivamente a este objetivo.

§ 3º - Os artigos assinados recebidos para publicação deverão ser encaminhados para análise do Conselho Editorial antes da reunião de Pauta

**Artigo VI -6** - Em pelo menos uma (1) reunião semestral o Conselho Editorial decidirá sobre a conveniência e escolha de um título ou assunto para editar sob forma de livro, anais, folhetos ou separata que registrem assuntos ou eventos relevantes para o CLUBE, para a Engenharia ou para os engenheiros, no sentido amplo das especialidades definidas no artigo 9 do Estatuto do Clube..

§ 1º - Para viabilizar a edição destes títulos o CLUBE poderá realizar convênios com editores ou entidades que se interessem por participar financeiramente na edição.

§ 2º - O Conselho Editorial garantirá espaços no Jornal e na Revista para divulgação dos títulos editados que serão vendidos, ou fornecidos sem ônus, aos sócios ou à pessoas interessadas.

**Artigo VI -7** - As decisões do Conselho Editorial serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião que se realizará sempre com a presença mínima de 6 (seis) membros.

**Artigo VI -8** - O editorial das publicações será de responsabilidade da Diretoria não cabendo análise pelo Conselho.

## Capítulo IV

### Da Eleição dos Membros do Conselho Editorial

**Artigo VI -9** A votação será por chapa apresentada especificamente para a eleição do C. Editorial. Poderão ser candidatos em qualquer chapa, associados em pleno exercício de seus direitos e quites com o Clube de Engenharia, nos mesmos termos que para as eleições para o Conselho Diretor

**Artigo VI -10** As Chapas deverão ser apresentadas à Mesa do Conselho Diretor no dia da votação, indicando quais são os nomes dos dez (10) membros efetivos. Sendo a apresentação da Chapa acompanhada de uma Declaração de cada candidato de que aceita participar da chapa em questão.

**Artigo VI -11** Um concorrente à eleição por uma Chapa não poderá ser candidato por outra chapa também, caso em que o candidato será eliminado de ambas as chapas.

**Artigo VI -12** Será considerada eleita a Chapa que obtiver maior número de votos na eleição e a sua posse é imediata.

## **TÍTULO VII**

### **DAS ELEIÇÕES**

#### **Capítulo I** **Da abrangência e das datas**

**Artigo VII-1** - Este título abrange as eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria, para as comissões executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, representantes do Clube de Engenharia junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-RJ e para representantes do Clube de Engenharia junto às demais entidades onde o Clube tenha representação permanente, bem como as condições para que um Conselheiro eleito para o Conselho Diretor seja enquadrado como Conselheiro Honorífico.

§ **único** - As eleições do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal, da Diretoria e para as comissões executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's serão realizadas durante três dias, encerrando-se na última sexta-feira do mês de agosto, iniciando-se na quarta-feira imediatamente anterior.

#### **Capítulo II** **Das formas de votação e apuração**

**Artigo VII-2** –As votações e suas apurações, nas eleições para Diretoria, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Comissões Executivas das DTE's, poderão ser de dois tipos – totalmente manuais ou mistas- porém sempre presenciais, exceto no caso previsto no parágrafo terceiro deste artigo.

§ **1º** - As totalmente manuais, serão as em que serão usadas somente cédulas em meio físico, papel, e estão regulamentadas nos artigos de VII -21 até VII-26.

§ **2º** - As mistas serão aquelas em que serão usados meios e ferramentas eletrônicas bem como cédulas em meio físico para possibilitar recontagem. As ferramentas eletrônicas, chamadas genericamente de Urnas Eletrônicas, tem sua composição e funcionalidades definida no artigo VII-34.

§ **3º** - A votação dos associados efetivos que preencham as condições do artigo 51 do Estatuto, mas que residam fora do Grande Rio será sempre na forma manual, nos termos dos Artigos VII-28 até VII-33.

§ **4º** - Aos associados que comparecerem à Sede Social do Clube e desejarem não fazer uso de meios eletrônicos de votação, será garantido o direito de votar utilizando o meio manual, segundo o regulamentado nos Artigos VII-21 até VII-26.

§ **5º** - As votações mistas estão regulamentadas nos artigos VII-34 até VII-37 .

§ **6º** - Nas eleições mistas, para treino dos eleitores que o desejarem, será disponibilizada uma urna eletrônica, em tudo similar à para votação real, exceto que os nomes das chapas e candidatos serão fictícios. Num período de 30 dias antes da data



da eleição, e durante a eleição, deverá estar disponível esta urna eletrônica de treinamento, nas dependências do Clube, para uso por qualquer associado.

§ 7º - Nas eleições mistas, em caso de falha das urnas eletrônicas, o Presidente da Assembleia deverá lançar mão de urnas para votação somente manual.

### **Capítulo III**

#### **Do registro de chapas para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria**

**Artigo VII- 3-** Na 2ª (segunda) reunião ordinária do Conselho Diretor do mês de abril, o Diretor designado para os Assuntos Institucionais submeterá, no que couber, o calendário de eleição ao Conselho Diretor, atendido o previsto no Estatuto.

§ 1º - Deverão constar nesta proposta os períodos de desincompatibilização as datas para registro de chapas, para sorteio da ordem das chapas nas cédulas, para entrega de programas de ação, para as reuniões dos representantes das chapas, para a entrega de propaganda para o jornal do Clube, para o envio de material para os associados residentes fora do Grande Rio, para fixação nas dependências do Clube de propaganda das chapas, e as datas para recursos e impugnações e os locais e horários destas reuniões.

§ 2º - Na 2ª (segunda) reunião ordinária do mês de abril, o Diretor designado para Assuntos Institucionais deverá ainda apresentar os números de inscrição dos últimos associados com condição de votar e os com condições de se apresentarem como candidatos, informando em que reunião do Conselho Diretor tiveram sua admissão homologada, e em que data.

**Artigo VII- 4 -** As chapas para concorrerem às eleições de renovação do Terço do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria deverão ser registradas por requerimento ao Diretor designado para Assuntos Institucionais, até às 20 (vinte) horas de 15 (quinze) de junho do ano em que se processar a eleição e os respectivos programas até as 20 (vinte) horas do dia 15 (quinze) de julho respectivo.

§ 1º - Caso 15 (quinze) de junho ou 15 (quinze) de julho recaiam em sábado, domingo ou feriado, este evento fica antecipado para o dia útil precedente, mantido o mesmo limite de horário.

§ 2º - O requerimento deverá conter o nome de cada candidato e à que cargo se apresenta como candidato, devendo ser assinado por um associado efetivo quite, na qualidade de representante de chapa.

§ 3º - O requerimento deverá ser acompanhado de declarações individuais de cada candidato, de que aceita concorrer àquele cargo como membro daquela chapa, e de que está quite para com o Clube.

§ 4º - O Diretor designado para a área de Assuntos Institucionais, verificará, dentre os nomes indicados em cada chapa como suplentes, qual a ordem de suplência nos termos do artigo 69 do Estatuto.

**Artigo VII-5** - No prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento dos pedidos de registro de chapas, o Diretor designado para os Assuntos Institucionais, verificará se as mesmas preenchem o disposto nos artigos 51, 53, 54, 55, 56, 58 do Estatuto, e nos artigos constantes deste capítulo do Regimento.

§ **único** - Conforme o Artigo 54 do Estatuto, são inelegíveis para Diretoria ou Conselho Fiscal, os associados já eleitos seguidamente, nas 2 (duas) últimas eleições para estes órgãos, mesmo que em cargos diferentes.

**Artigo VII-6** - Ao término do prazo previsto no artigo anterior, o Diretor designado para os Assuntos Institucionais enviará por escrito comunicação a cada representante de chapa, indicando as irregularidades no registro de cada chapa, e dando 2 (dois) dias úteis a contar do término do prazo estipulado no artigo anterior para que as irregularidades sanáveis sejam corrigidas.

§ **1º** - Será negado o registro aos candidatos incursos nos casos previstos nos artigo 51, parágrafo único do artigo 53, artigo 54, artigo 55 e artigo 56. Os candidatos incursos nestes artigos poderão ser substituídos.

§ **2º** - Para o efeito do § 1º acima, nos termos do artigo 14 § 1º do Estatuto considera-se como quite, o associado que esteja em débito para com o Clube, porém estivesse quite no momento em que ficou desempregado, conforme comprovação em sua carteira profissional.

§ **3º** - A quitação das obrigações para com o Clube poderá ser realizada no dia da apresentação do registro da chapa, previamente a este ato, devendo o Diretor designado para a área financeira tomar as necessárias providências para o recebimento de quaisquer pagamentos até a hora de término do recebimento do registro de chapas.

§ **4º** - Será negado o registro da chapa que incorra no previsto do parágrafo único do artigo 53 do Estatuto, não podendo ser realizada à posteriori à sua complementação.

§ **5º** - Nos termos do artigo 65 do Estatuto, após o prazo de regularização, a chapa que o desejar poderá apresentar através de seu representante recurso sobre decisão do Diretor designado para Assuntos Institucionais, relativa à qualquer chapa. O recurso deverá ser apresentado por escrito até o início da reunião do Conselho Diretor prevista para apreciação do recurso, sendo este item considerado prioritário, na forma deste Regimento.

#### **Capítulo IV**

#### **Da propaganda e do funcionamento das chapas para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria**

**Artigo VII-7** - O Jornal do Clube de Engenharia reservará espaço, em sua edição de julho de cada ano, para colocar a listagem das chapas concorrentes às eleições, com o nome de todos os candidatos e os cargos respectivos.

**Artigo VII-8** - O Jornal do Clube de Engenharia reservará em sua edição de agosto, uma página para cada chapa completa, e espaço proporcional ao número de candidatos para propaganda de cada chapa.

**Artigo VII-9** - Até 15 (quinze) de julho as matérias que comporão as páginas citadas no artigo precedente, serão entregues pelo representante de cada chapa ao Diretor designado para as Atividades Institucionais.

§ 1º - As matérias devem ser entregues em meio eletrônico (disquete ou correio eletrônico) ou ótico (CD), devendo as fotos ser enviadas em papel fotográfico ou digitalizadas.

§ 2º - Recaindo o dia 15 (quinze) de julho em sábado, domingo ou feriado, o evento acima fica postergado para o primeiro dia útil subsequente.

**Artigo VII-10** - A distribuição das chapas pelas páginas do Jornal do Clube de Engenharia reservadas para propaganda, e a localização no “site” do Clube de Engenharia na Internet, bem como a ordem das chapas nas cédulas será realizada por sorteio até 7 (sete) dias após o encerramento do prazo para regularização do pedido do registro das chapas, em reunião dos representantes das chapas e do Diretor designado para as Atividades Institucionais. Nessa reunião serão entregues para as diversas chapas instruções detalhadas para confecção das matérias a serem publicadas no Jornal, como tamanho dos arquivos, entre outros pontos, e definidas as datas das reuniões entre os representantes de cada chapa e os editores do Jornal do Clube de Engenharia para discutir a diagramação das páginas. Essas reuniões deverão se realizar até 10 (dez) dias antes do prazo para entrega das matérias.

**Artigo VII-11** - Na reunião citada no artigo precedente serão ainda sorteados entre as chapas os espaços da Sede Social e da Sede Campestre destinadas às chapas para afixação de propagandas no período que antecede a Assembleia de eleição e os espaços da Sede Social destinados a este fim durante a Assembleia.

**Artigo VII-12** - Caso sejam destinados às chapas espaços para seu funcionamento, dentro da Sede Social, estes espaços serão objeto de sorteio na reunião acima prevista.

**Artigo VII-13** - Junto com a correspondência destinada a cada associado residente fora do Grande Rio, conforme previsto no **Capítulo VIII deste Título**, é permitido às chapas enviar uma folha tamanho carta ou similar, com propaganda da chapa.

§ único - As chapas, até 10 (dez) de julho, deverão manifestar o seu intuito de fazer uso deste meio de propaganda, devendo o material correspondente, impresso na quantidade necessária, ser entregue por cada chapa até 15 (quinze) de julho às 20 (vinte) horas, ao Diretor designado para os Assuntos Institucionais.

**Artigo VII-14** - O Diretor designado para Assuntos Institucionais poderá promover reuniões com os representantes das chapas caso considere ser necessário.

**Artigo VII-15** - As chapas poderão utilizar o “site” do Clube de Engenharia na Internet, desde que o material de divulgação seja entregue digitado eletronicamente e contenha no máximo uma foto. A partir de 15 (quinze) de julho, poderá ser feita a inserção do material das chapas, que poderá ser atualizado quinzenalmente pelas chapas. Será reservada uma página do “site”

correspondendo a 4 (quatro) laudas de 30 (trinta) linhas com 72 (setenta e dois) toques, para cada chapa completa e espaço proporcional ao número de candidatos, no caso de chapas incompletas.

## **Capítulo V**

### **Das formalidades preparatórias da votação para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria e Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's**

**Artigo VII-16** - A Assembleia será instalada às 11 (onze) horas, iniciando os trabalhos preparativos da eleição com a abertura do livro de presença e demais providências preliminares de votação.

**Artigo VII-17** - Para votação totalmente manual, a eleição se dará em 2 (dois) recintos, um destinado à eleição do Terço Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e da Diretoria e o outro destinado à eleição das Comissões Executivas das - DTE's.

§ 1º - Para votação totalmente manual, no primeiro recinto existirão 2 (duas) urnas, uma destinada à votação para o Conselho Diretor e outra para a votação do Conselho Fiscal e Diretoria. Cada urna receberá externamente uma indicação da votação à que se destina, e terá coloração igual à cédula respectiva.

§ 2º - Estas urnas deverão ser substituídas à cada dia de eleição por outra idêntica, havendo 3 (três) urnas para cada votação, uma para cada dia de votação.

§ 3º - Para as Comissões Executivas das DTE's teremos votação totalmente manual e votação mista. No segundo recinto existirão tantas urnas quantas as Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, uma para a votação de cada Divisão Técnica Especializada - DTE. Cada urna receberá externamente uma indicação da Divisão Técnica Especializada - DTE cujos votos irá recolher.

§ 4º - No primeiro recinto deverá constar livro de presença para votação para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria bem como as senhas.

§ 5º - A votação, totalmente manual, para as Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's está regulamentada no Capítulo XII deste Título.

**Artigo VII-18** Para votação mista, a votação para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria, e Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's se dará em um só recinto.

§ 1º - Para votação mista, no recinto existirão urnas eletrônicas como descritas no Artigo VII-34 deste Regimento, destinadas à votação tanto para o Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e Diretoria e das Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's. A quantidade de urnas será definida pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais em função do número de associados habilitados para votar.

§ 2º - Além destas urnas eletrônicas descritas, serão colocadas no recinto 1 (uma) urna para uso manual, para receber os votos impressos pela urna eletrônica que poderão ser usados em caso de recontagem, que será usada para a votação para o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal, Diretoria e para as Comissões Executivas das DTE's. A impressão dos votos deve permitir, de forma inequívoca e de fácil identificação, a que DTE pertence o voto

§ 3º - Constará ainda do recinto de votação, urna manual completa para uso dos associados que desejarem fazer uso de votação totalmente manual, em eleições mistas. O uso desta urna será conforme previsto nos artigos de 21 até 26 deste Título.

§ 4º - Ainda no recinto deverá constar livro de presença para votação para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria bem como outros livros de presença para a votação para a Comissão Executiva de cada uma das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's.

§ 5º - Além destas urnas eletrônicas descritas, serão colocadas no recinto 1 (uma) urna para uso manual, para receber os votos impressos pela urna eletrônica que poderão ser usados em caso de recontagem e, também para a votação para a Comissão Executiva de cada uma das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's. A impressão dos votos deve permitir, de forma inequívoca e de fácil identificação, a que DTE pertence o voto.

## **Capítulo VI**

### **Da instalação da Assembleia, da constituição da Mesa, dos representantes e fiscais das chapas para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Diretoria e Comissões Executivas das DTE's**

**Artigo VII-19** - No dia, hora e local determinados no Edital de Convocação, e observadas as formalidades constantes dos Artigos 49, 50 e 51 do Estatuto, reunir-se-á a Assembleia Geral Ordinária para proceder às eleições da Diretoria, do terço do Conselho Diretor, e dos Membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, e para as Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, se for o caso.

**Artigo VII-20** - A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela própria Assembleia entre os seus participantes, cabendo ainda a cada chapa registrada a indicação de um representante para integrar a mesa e até seis fiscais, para acompanharem a votação e sua apuração.

## **Capítulo VII**

### **Da votação para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria com Votação e Apuração Totalmente Manuais**

#### **Das cédulas**

**Artigo VII-21** - As cédulas para votação totalmente manual deverão ser padronizadas em modelo único, como previsto no artigo 61 do Estatuto, impressas unicamente pelo Clube de Engenharia, sem indicações que possam quebrar o sigilo do voto.

§ 1º - É prerrogativa do Clube de Engenharia a impressão das cédulas oficiais para votação totalmente manual, que serão padronizadas por forma, tamanho, cor e tipologia de caracteres.

§ 2º - Os associados, candidatos ou não, estão proibidos de se utilizarem em sua propaganda, de cédulas para votação totalmente manual com as características das oficiais, ou que propiciem indistinção clara entre estas propagandas e as cédulas oficiais.

§ 3º - Para a Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e do Terço do Conselho Diretor, serão utilizados 2 (dois) tipos de cédulas em papel para votação totalmente manual, em cores diferentes: votação

Para a “Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal” quando houver votação totalmente manual, serão utilizadas cédulas em papel encimadas por este dístico, apresentando em colunas separadas as chapas, com o nome ou número das chapas, seguido dos nomes de seus integrantes como registradas, e os cargos que se candidatam. Acima do nome de cada chapa deverá existir uma quadrícula onde o eleitor indicará a chapa de sua preferência.

Para a “Eleição do Terço do Conselho Diretor” quando houver votação totalmente manual, serão utilizadas cédulas em papel encimadas por este dístico, apresentando em colunas separadas as chapas, com o nome ou número da chapa, seguido do nome dos candidatos e após estes, os nomes dos suplentes, na ordem de suplência, encimados pelo dístico “suplentes”. Acima do nome da chapa deverá existir uma quadrícula onde o eleitor assinalando-a, indicará que deseja votar na chapa completa. Em frente ao nome de cada candidato deverá existir uma quadrícula onde o eleitor, assinalando-a, indicará desejar votar neste candidato. O eleitor poderá completar as 20 (vinte) indicações, assinalando nomes de diferentes chapas, até completar o total de 20 (vinte) nomes. Não poderá assinalar a quadrícula indicativa de votação em chapa completa e ainda assinalar outros candidatos de outras chapas, ou assinalar mais de 20 (vinte) nomes. Nestes casos o voto será considerado nulo, exceto se a chapa assinalada for registrada com menos de 20 (vinte) candidatos caso em que lhe é permitido assinalar a chapa e nomes em outras chapas até completar o total máximo de 20 (vinte).

**Artigo VII-22** - Nas cédulas únicas para votação totalmente manual e para votação mista a que se refere o artigo 61 do Estatuto, as chapas registradas constarão na ordem que for estabelecida por sorteio realizado nos termos do artigo **VII-10** deste Regimento.

**Artigo VII-23** - As cédulas para a votação das Mesas Diretoras das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, para votação totalmente manual, serão em cores diferentes e divididas em modelos únicos por Divisão Técnica Especializada - DTE, cada cédula apresentará no topo o nome da Divisão Técnica Especializada - DTE e em colunas separadas, as chapas concorrentes, com seu nome ou número, o nome dos candidatos e o cargo à que se candidatam. Acima do nome da chapa existirá uma quadrícula onde o eleitor, assinalando-a, indicará que deseja votar nesta chapa.

**Artigo VII-24** - As cédulas para votação totalmente manual deverão ser confeccionadas de forma a que depois de dobradas não seja possível conhecer o voto do eleitor.

**Artigo VII-25** - Os associados eleitores ao chegarem ao recinto da eleição para Diretoria, Conselho Diretor e Conselho Fiscal e Comissões executivas das DTE's deverão apresentar carteira de associado ou de identidade, e após verificado estarem quites com o Clube, nos termos do artigo 51 do Estatuto em seu § 2º, ressalvado o disposto no Artigo 21 parágrafo 4º, receberão uma senha onde constará o número de matrícula no Clube e a rubrica do funcionário que verificar a sua situação e identidade.

§ 1º Quaisquer dívidas para com o Clube de Engenharia só serão consideradas quites para efeito do presente artigo, após o pagamento de todas as suas parcelas.

§ 2º - Munido de senha para a eleição do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria, e DTE's, o eleitor assinará o livro de presença correspondente e terá sua senha numerada pelo funcionário que acompanha a assinatura do livro, e receberá as cédulas únicas para votação "Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal" e "Eleição para o Conselho Diretor".

§ 3º - De posse das cédulas e da senha o eleitor encaminhar-se-á à cabine indevassável, onde assinalará sua preferência e dobrará as cédulas.

§ 4º - O eleitor se encaminhará em seguida até as urnas para os votos relativos à Conselho Diretor e para a urna destinada aos votos relativos à Diretoria e Conselho Fiscal, apresentará as cédulas à mesa para que esta verifique se estão sobrescritadas pela mesa, depositará as cédulas nas urnas respectivas e entregará a senha à mesa.

**Artigo VII-26** - Às 20 (vinte) horas do 1º (primeiro) dia de eleições, o Presidente da Mesa fará o encerramento no livro de presença, sendo as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos Membros da Mesa, ficando as mesmas guardadas em local seguro.

§ 1º - Às 12 (doze) horas do 2º (segundo) dia de eleições, o Presidente da Mesa dará por reabertos os trabalhos, dando continuidade ao processo eleitoral, conforme o disposto neste Regimento.

§ 2º - Às 20 (vinte) horas do 2º (segundo) dia de eleições, o Presidente da Mesa adotará o mesmo procedimento previsto no presente artigo para encerramento do 1º (primeiro) dia de eleições, bem como processará a reabertura da eleição, às 12 (doze) horas do 3º (terceiro) dia de eleições.

§ 3º - Às 20 (vinte) horas do 3º (terceiro) dia das eleições, o Presidente da Mesa procederá ao encerramento do livro de presença, dando por terminado a fase de votação, iniciando-se, depois de um intervalo de 30 (trinta) minutos, a apuração dos votos, caso seja atingido o quorum estatutário.

§ 4º - No caso de não ser atingido o quorum previsto no artigo 50 do Estatuto, o Presidente da Mesa lacrará as urnas do 3º (terceiro) dia das eleições, encerrará o livro de presenças assinalando nele que não houve quorum.

**Artigo VII-27** - No caso de não ser atingido quorum estatutário, o Presidente do Clube convocará por edital publicado nos termos do artigo 26 e da alínea (e) do § 4º do artigo 22 do Estatuto, uma nova Assembleia, extraordinária, para complementar a eleição, à ser realizada 7

(sete) dias após, ou no dia útil subsequente, caso o mesmo recaia em sábado, domingo ou feriado.

## **Capítulo VIII**

### **Da votação por correspondência para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal , Diretoria e Comissões Executivas das DTE's**

**Artigo VII-28** - Ao associado efetivo que preencha as condições do artigo 51 do Estatuto, mas que resida fora do Grande Rio, é assegurado o direito de voto desde que, para exercê-lo, observe as seguintes prescrições:

- (a) as cédulas únicas serão postas em sobrecartas opacas, fornecidas pelo Clube, tendo indicado por fora somente o nome para o qual se vai processar a eleição: “Diretoria e Conselho Fiscal”- “Terço do Conselho Diretor”.
- (b) fechadas, convenientemente, as sobrecartas a que se refere a alínea anterior, serão colocadas em uma outra, também fornecida pelo Clube, com os dizeres: “Cédulas para Eleição” e indicações no verso a serem preenchidas pelo votante, para fins de identificação;
- (c) esta última sobrecarta, devidamente rubricada pelo Diretor de Atividades Institucionais, será fechada e colocada em outra, com o correspondente endereço e encaminhada, por via postal, sob registro, ou diretamente, à Diretoria de Atividades Institucionais do Clube onde deverá dar entrada até 18 horas (dezoito) horas da segunda-feira anterior à abertura da Assembleia Geral, correspondente ao 1º (primeiro) dia de eleições.

**Artigo VII-29** - Aberto o segundo invólucro a que alude a letra **c** do artigo anterior, a Diretoria de Atividades Institucionais, procederá à verificação da identidade do associado e a sua situação perante a tesouraria; estando em condições de votar, seu nome será registrado no livro competente.

**§ único** - Feito o registro do associado nos termos deste artigo, a respectiva sobrecarta será depositada em urna específica, que será guardada sob a responsabilidade do Diretor designado para as Atividades Institucionais, que será entregue ao Presidente da Assembleia Geral imediatamente após a abertura dos trabalhos no 1º (primeiro) dia de eleições.

**Artigo VII-30** - As cédulas e as sobrecartas a que se referem as letras (a), (b) e (c) do artigo VII-28, serão encaminhadas a todos os associados efetivos residentes fora do Grande Rio, até o dia 30 (trinta) de julho.

**Artigo VII-31** - Para efeitos do presente Regimento, entende-se por Grande Rio a região, constituída dos seguintes Municípios: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita , São João de Meriti, Belford Roxo e Niterói e os municípios que forem criados por cisão destes municípios.

**§ único** - Para os fins de aplicação do que dispõe este artigo, considerando-se o endereço dos associados registrados à 15 (quinze) de julho de cada ano; a relação dos associados residentes fora do Grande Rio ficará à disposição das chapas à partir desta data.



**Artigo VII-32** - A lista dos votos recebidos será encerrada às 18 (dezoito) horas da segunda-feira anterior à abertura, 1º (primeiro) dia, da Assembleia Geral para eleições, com a presença de quaisquer associados interessados e mediante termo assinado pelo Presidente do Clube e pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais.

§ **único** - A partir do ato de encerramento referido no parágrafo anterior, somente serão computados os votos dos associados presentes à Assembleia e que assinarão, de próprio punho, o livro de presença.

**Artigo VII-33** – Os associados que votarem nas condições previstas nos Artigos de 28 até 32, serão eliminados das listas de associados aptos a votar nas eleições presenciais na sede do Clube, seja em votações totalmente manuais, seja em votações mistas.

## **Capítulo IX**

### **Da votação para eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Diretoria e Comissões Executivas das DTE's com Votação e Apuração Mistas**

#### **Das urnas Eletrônicas**

**Artigo VII-34** - As urnas eletrônicas para uso nas votações mistas, serão equipamentos eletrônicos que possibilitem o voto presencial com as seguintes características: constituídas de um computador com monitor, impressora e um método de interface (por ex: mouse, touch screen, etc).

§ 1ª – Além das funcionalidades previstas na descrição do ato de votar, no artigo VII-36, a urna eletrônica deverá dispor obrigatoriamente das seguintes funcionalidades:

- a) Permitir que sejam estabelecidas senhas, uma para cada fiscal de Chapa inscrita e uma para o Diretor designado para Assuntos Institucionais, que serão inseridas no sistema no primeiro dia de votação, e que só permitirão o acionamento dos comandos específicos abaixo listados quando inseridas todas no sistema a cada vez que cada um destes comandos for acionado. Estas senhas serão estabelecidas pelos fiscais e pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais, durante os preparativos para a instalação da Assembleia.
- b) Permitir que ao fim de cada dia de votação, mediante entrada manual específica liberada pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), seja emitido um conjunto de 4 (quatro) cópias dos resultados das apurações, impresso em papel a ser autenticado pelos detentores das senhas, que serão usadas como backup do conjunto que está residente em sua memória.
- c) Permitir que o programa de votação, mediante entrada manual específica liberada pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), seja auditado, antes do início de votação, em cada um dos 3 (três) dias de votação, mediante um teste efetuado com votações reais, mas que não serão contabilizadas.
- d) Permitir que a cada dia, mediante comando específico acionado pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), seja informado o número de eleitores que votaram para conferência com o número de votantes constante no livro de presença. Em

caso de discordância entre estes valores, deverá ser realizada recontagem manual, pelos votos impressos.

- e) Impedir que qualquer listagem de escolhas de candidatos feitas pelos eleitores, em ordem de votação ou com horários de votação, seja informada, seja por impressão, seja por lançamento na tela do monitor, seja por arquivo na memória da urna. O arquivo de votantes deverá ser obrigatoriamente por meio listagem na ordem de matrícula no Clube de Engenharia, obtida pelo livro de presenças.
- f) Aceitar um comando específico, mediante entrada manual específica liberada pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), para iniciar a recepção de votos depositados, ao início de cada dia de votação.
- g) Aceitar um comando específico, mediante entrada manual específica liberada pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), para encerrar a recepção de votos ao fim de cada dia de votação.
- h) Manter em memória os votos recebidos por cada candidato e chapa nas votações de cada dia.
- i) Efetuar, mediante comando que só poderá ser efetuado após o término da votação do terceiro dia, e mediante entrada manual específica liberada pelo conjunto de senhas descritas na alínea (a), um Relatório da Votação em Meio Eletrônico, apresentando:
  - O número de votos recebidos por cada chapa que se apresentou para eleição de Diretoria e Conselho Fiscal.
  - O número de votos nulos e brancos na eleição para Diretoria e Conselho Fiscal.
  - O número de votos fechados recebidos por cada chapa que se apresentou para eleição de Conselho Diretor.
  - O número de votos recebidos por cada candidato, em cada chapa que se apresentou para eleição de Conselho Diretor.
  - O número de votos em ordem decrescente, recebidos por cada candidato, para eleição de Conselho Diretor.
  - O número de votos nulos e brancos na eleição para o terço do Conselho Diretor.
  - O número de votos em ordem decrescente recebidos por cada chapa de DTE
  - Dados numéricos para estabelecer a validade da eleição de cada Comissão Executiva das DTE's pelo número mínimo de votos em relação aos inscritos para votar em cada DTE.
- j) Garantir a integridade dos dados armazenados, através da conferência de que sua memória está sem registros e que não há possibilidade de que a mesma possa ser editada, em qualquer momento.

- k) Impedir que um eleitor vote duas vezes.
- l) Impedir que a urna eletrônica seja ligada em qualquer rede de comunicação, qualquer que seja.
- m) Impedir que a urna eletrônica seja ligada fora do horário de votação, ou antes de horário de apuração no terceiro dia.
- n) Depois da emissão do Relatório da Votação em Meio Eletrônico, o sistema deverá se auto bloquear impedindo a edição de sua memória.
- o) Permitir a inserção da lista de votantes e sua atualização em caso de pagamento no dia

### **Das cédulas para Votação e Apuração Mistas**

**Artigo VII-35-** As cédulas, apresentadas na tela do monitor citado acima, serão idênticas às previstas para votação manual.

**Artigo VII-36-** Os associados eleitores ao chegarem ao recinto da eleição para Diretoria, Conselho Diretor , Conselho Fiscal e Comissões Executivas das DTE's, deverão apresentar carteira de associado ou de identidade, e após verificado estarem quites com o Clube, nos termos do artigo 51 do Estatuto em seu § 2º e da ressalva do seu artigo 21 parágrafo 4º, receberão uma senha onde constará o número de matrícula no Clube e a rubrica do funcionário que verificar a sua situação e identidade.

§ 1º - Quaisquer dívidas para com o Clube de Engenharia só serão consideradas quites para efeito do presente artigo, após o pagamento de todas as suas parcelas.

§ 2º - Munido de senha para a eleição do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria, o eleitor assinará o livro de presença correspondente e terá sua senha numerada pelo funcionário que acompanha a assinatura do livro,

§ 3º - De posse da senha o eleitor encaminhar-se-á à cabine indevassável, onde assinalará sua preferência na urna eletrônica.

§ 4º - Ao chegar à urna eletrônica dentro da cabine indevassável, o associado comandará o método de interface para “avançar” abrindo no monitor a tela com a cédula eletrônica de votação para Diretoria e Conselho Fiscal. O eleitor comandará então a entrada de sua senha recebida anteriormente, e em seguida o número da chapa em que deseja votar, e na quadrícula correspondente, ao lado do nome da Chapa, aparecerá uma indicação de preenchimento da quadrícula. Para finalizar, o eleitor deverá pressionar então a tecla “Confirma” pelo método de interface. Caso deseje votar em branco, deverá marcar a quadrícula correspondente. Caso deseje votar anulando seu voto, deverá marcar a quadrícula correspondente. Aparecerá então uma tela informando que o voto será em branco ou nulo. Para finalizar, em qualquer destes casos, o eleitor deverá acionar o comando “Confirma”. Caso o eleitor verifique que efetuou um comando errado, deverá marcar a quadrícula “anular a ação, fazendo com que a escolha feita seja anulada e reinicie a etapa em questão. Após a tecla “confirma” ter sido acionada não será mais possível acionar o comando “anular a ação”

§ 5º - Em seguida, na tela aparecerá a cédula eletrônica de votação para terço do Conselho Diretor. O eleitor deverá marcar a quadrícula com o número da chapa em que deseja votar, caso decida por votação em Chapa completa, e na quadrícula correspondente, ao lado do nome da Chapa, aparecerá uma indicação de preenchimento da quadrícula, mostrando a escolha da opção por votar na Chapa completa escolhida. Para finalizar, o eleitor deverá marcar a quadrícula “Confirma”. Caso deseje votar em branco, deverá marcar a quadrícula correspondente. Caso deseje votar anulando seu voto, deverá marcar a quadrícula correspondente. Aparecerá então uma tela informando que o voto será um branco ou nulo.

§ 6º - Caso o eleitor decida por votar em candidatos de diferentes Chapas ou votar numa só chapa sem completá-la, o mesmo deverá marcar com o método de interface a quadrícula com o nome do candidato em que deseja votar, e na quadrícula correspondente, ao lado do nome do candidato, aparecerá uma indicação de preenchimento da quadrícula, mostrando a escolha da opção por votar naquele candidato. O processo se repetirá para cada candidato em que o eleitor deseje votar. Ao completar 20 candidatos assinalados, aparecerá uma tela informando que já foi feita a escolha de vinte nomes. E a urna não aceitará mais votos deste eleitor. Caso o eleitor tenha escolhido votar em chapa completa, não poderá votar em candidatos de outra chapa, exceto se a chapa assinalada for registrada com menos de 20 (vinte) candidatos caso em que lhe é permitido assinalar a chapa escolhida e nomes em outras chapas até completar o total máximo de 20 (vinte) candidatos.

§ 7º - Em seguida na tela , aparecerão as cédulas das duas DTE's em que o eleitor está inscrito

Ao aparecer a primeira cédula o eleitor marcará a quadrícula com o número da chapa em que deseja votar

Para finalizar, o eleitor deverá marcar confirma. Caso queira votar em branco marcará a quadrícula correspondente. Caso queira votar anulando, deverá marcar a quadrícula correspondente. Aparecerá então uma tela informando que o voto será branco ou nulo. O mesmo deverá ser feito para a cédula seguinte em que o eleitor estiver habilitado a votar para as DTE's

§ 8º - Para finalizar, em qualquer destes casos, o eleitor deverá marcar o comando “Confirma”. Caso o eleitor verifique que efetuou um comando errado, deverá marcar o comando “anular a ação”, fazendo com que a escolha feita seja anulada e reinicie a etapa em questão, porém mantendo a escolha efetuada para a eleição de Diretoria e Conselho Fiscal. Após o comando “confirma” ter sido acionada não será mais possível comandar “anular a ação”.

§ 9º -Após ter efetuado suas escolhas na urna eletrônica, o eleitor deverá marcar o comando “Impressão” e a impressora imprimirá o número correspondente de cédulas, uma com as escolhas efetuadas para Diretoria e Conselho Fiscal, outra para o terço do Conselho Diretor e outra para as DTE's. O eleitor as dobrará em quatro, seguindo as linhas indicativas impressas e se dirigirá às urnas para recepção das cédulas impressas.

§ 10º -Após o término da impressão, a urna estará apta por seu intertravamento a receber um novo eleitor. Caso o eleitor, tendo efetuado a sua escolha, tente votar

novamente, aparecerá uma tela informando ao eleitor que não será possível fazê-lo, porque já votou para Diretoria e Conselho Fiscal, e para terço do Conselho Diretor, seja porque votou em chapa fechada, seja por já ter escolhido até 20 (vinte) nomes de candidatos ao Conselho Diretor. O mesmo acontecerá para o caso das DTE's.

**§ 11º** - O eleitor se encaminhará em seguida até a urna destinada aos votos impressos relativos ao Conselho Diretor , para a urna destinada aos votos impressos relativos à Diretoria e Conselho Fiscal e para a urna das DTE's. Apresentará as cédulas à mesa para que esta verifique se as cédulas impressas estão dobradas. O eleitor então depositará as cédulas nas urnas respectivas e entregará a senha à mesa.

**§ 12º** - Existirá uma urna destinada aos votos impressos relativos ao Conselho Diretor , uma urna destinada aos votos impressos relativos à Diretoria e Conselho Fiscal e urna para as DTE's, para cada dia de votação.

**Artigo VII-37**- Em caso de discordância entre o número de eleitores que assinaram o Livro de presenças e o número de eleitores apresentado pelo Relatório da Votação em Meio Eletrônico, deverá ser realizada recontagem manual, pelos votos impressos no dia para o qual foi constatada existir discordância.

## **Capítulo X**

### **Da apuração e da proclamação para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria PARA VOTAÇÃO TOTALMENTE MANUAL.**

**Artigo VII-38** - Findo o processo de votação, com o encerramento do livro de presença e o recebimento da urna respectiva dos votos por correspondência a que se refere o artigo VII- 28 deste Regimento, será feita a apuração.

**Artigo VII-39** - Organizadas as turmas de apuração pelo Presidente da Assembleia, proceder-se-á, em primeiro lugar, à abertura da urna que contém votos para “Diretoria e Conselho Fiscal” fazendo-se inicialmente a conferência do número de cédulas com o número de votantes e, em seguida contagem dos votos conferidos a cada chapa.

**§ único** - Será nulo o voto que:

- (a) estiver rasurado;
- (b) contiver qualquer sinal ou anotação que anule a característica de secreto;
- (c) não utilizar a cédula oficial com o sobrescrito da mesa da Assembleia; exceto as recebidas com os votos correspondência, que não recebem o sobrescrito da mesa da Assembleia.

**Artigo VII-40** - À apuração dos votos concedidos às chapas concorrentes a Diretoria e Conselho Fiscal, seguir-se-á a apuração dos relativos ao Conselho Diretor, seguindo-se o mesmo processo do Artigo anterior.

**§ 1º** - Será nulo o voto que:

- (a) estiver rasurado;

(b) contiver qualquer sinal ou anotação que anule a característica de secreto;  
(c) não utilizar a cédula oficial, com o sobrescrito da Mesa da Assembleia;  
exceto as recebidas com os votos correspondência, que não recebem o sobrescrito da mesa da Assembleia.

(d) assinalar mais de 20 (vinte) nomes para a eleição do Terço do Conselho Diretor, ou que, tendo assinalado a quadrícula do nome de uma chapa, assinalar ainda nomes de outra chapa, exceto se a chapa assinalada for registrada com menos de 20 (vinte) candidatos caso em que lhe é permitido assinalar nomes em outras chapas até completar o total máximo de 20 (vinte).

§ 2º - A marcação da quadrícula à frente do nome da chapa indica que o eleitor votou em todos os nomes que compõe a chapa.

**Artigo VII-41** - Terminada a apuração, o Presidente da Assembleia proclamará eleitos, respectivamente, os candidatos pertencentes à chapa mais votada para “Diretoria e Conselho Fiscal” e os 25 (vinte e cinco) candidatos mais votados para o “Conselho Diretor”, independente de chapa, e os suplentes de cada chapa.

**Artigo VII-42** - Não será considerada impugnada a urna que contiver um número de cédulas menor que o de votantes que lhe corresponderia, nem aquela que contiver cédula trocada.

**Artigo VII-43** - A impugnação de qualquer urna não implica na impugnação da eleição. Somente haverá impugnação da eleição, por impugnação de urnas, se todas as urnas forem impugnadas.

**Artigo VII-44** - Será desconsiderado qualquer papel diferente das cédulas oficiais que seja encontrado nas urnas.

**Artigo VII-45** - Nos casos de dúvidas, que requeiram votação em separado, as cédulas correspondentes serão lacradas em envelopes brancos, subscritos pelos membros da Mesa da Assembleia, e externamente ao envelope será descrito pelo Presidente da Mesa o seu conteúdo e o motivo da votação em separado, sendo colocado na urna correspondente.

§ único - Na ocorrência de votação em separado, o nome do votante e os motivos deverão constar na Ata da Assembleia.

**Artigo VII-46** - No ato da apuração, será decidida a questão que levou à votação em separado, e se a questão for resolvida a favor de que o voto seja considerado válido, será o envelope aberto e o voto juntado aos demais da urna dos votos do interior, sendo então iniciada a apuração da urna.

§ único - Não dirimida a questão que obrigou a votação em separado, até ao início da apuração, o voto será considerado nulo.

**PARA VOTAÇÃO MISTA.**

**Artigo VII-47** - Findo o processo de votação, com o encerramento do livro de presença e o recebimento da urna respectiva dos votos por correspondência a que se refere o artigo VII- 28 deste Regimento, será feita a apuração das eleições.

**Artigo VII-48** - Inicialmente serão analisados os casos de votação em separado de acordo com o previsto nos Artigos VII 45 e VII 46 . Os votos em separados para os quais haja decisão de que são válidos, serão juntados aos votos da(s) urnas de votação manual, como descrito no Artigo VII 46.

**Artigo VII-49** – As urnas manuais serão apuradas pelos procedimentos dos artigos de VII 39 até VII 44.

**Artigo VII-50** – Obtidos os mapas de apuração das urnas de votação manual, os seus resultados serão lançados em uma planilha manual, na qual serão lançados também os resultados do Relatório da Votação em Meio Eletrônico, e efetuadas a soma de votos de cada chapa e de cada candidato ao Conselho Diretor e das Comissões executivas das DTE's além dos votos brancos, nulos e em chapa fechada.

## **Capítulo XI**

### **Da ata de encerramento das eleições para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria**

**Artigo VII-51** - Concluídos os trabalhos, o Segundo Secretário da Assembleia lavrará a Ata da Assembleia assinada por todos os componentes da Mesa.

**§ único** - Desta Ata constarão:

- (a) o nome dos componentes da mesa;
- (b) o nome dos representantes e fiscais de cada chapa;
- (c) o número de votos recebidos por cada chapa, os votos em branco e os votos nulos, na votação para Diretoria e Conselho Fiscal em cada dia de votação;
- (d) o número de votos recebido por cada candidato ao Conselho Diretor, bem como os votos nulos e os em branco para esta votação; constarão também o número de votos fechados recebidos por cada chapa, em cada dia de votação;
- (e) o nome dos 25 (vinte e cinco) eleitos para o Conselho Diretor;
- (f) o nome dos suplentes ao Conselho Diretor, com a ordem de suplência, em cada chapa;
- (g) o número de votos recebidos pelas comissões Executivas das DTE's, da mesma forma validadas pelo número mínimo de inscritos em cada uma .
- (h) os casos de votação em separado, o nome dos votantes, e a data do fato, e o motivo; e se seus votos foram computados durante a apuração e em caso negativo, o motivo de sua anulação, nos termos deste Regimento.
- (i) quaisquer outras informações ou registros de acontecimentos ocorridos durante a votação e a apuração, e que sejam considerados relevantes.

**Artigo VII-52** - O Presidente da Mesa entregará ao Diretor designado para Assuntos Institucionais, em caixas ou urnas, lacradas, todos os documentos e cédulas da votação, inclusive mapas de apuração e Relatório da Votação em Meio Eletrônico, que devem ser preservados pelo menos por 1 (um) ano à partir da eleição.

## **Capítulo XII**

### **Dos recursos quanto aos resultados para Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria**

**Artigo VII-53** - A apresentação de pedido de recursos quanto aos resultados das eleições deverá ser feita ao Presidente do Clube, nos termos previstos no § único do artigo 65 do Estatuto.

§ 1º - O pedido de recurso será assinado unicamente pelo representante da chapa, vedada a apresentação por qualquer outro associado.

§ 2º - O Presidente deverá marcar a reunião extraordinária do Conselho Diretor no prazo previsto no artigo 65 § único do Estatuto, devendo convocar os Membros do Conselho por telegrama, fax, ou meios assemelhados, no mínimo com 4 (quatro) dias de antecedência.

§ 3º - O pedido de recurso deve ser instruído com todos os documentos e testemunhos, escritos e assinados, relativos à questão de que se pede recurso.

§ 4º - O Presidente do Clube enviará cópia do pedido à cada Membro do Conselho e informará aos Conselheiros, na comunicação de convocação de reunião extraordinária, que o pedido se encontra à disposição dos mesmos na Sede Social do Clube.

§ 5º - O Presidente do Clube colocará à disposição dos Membros do Conselho, no máximo até a data da reunião do Conselho Diretor que tratará do assunto, todos os documentos que sejam relativos à questão levantada no pedido de recurso, mesmo que não tenham sido anexados ao pedido de recurso, em particular a Ata da Assembleia e as fitas de gravação do transcurso da Assembleia.

**Artigo VII-54** - Esta reunião do Conselho Diretor terá, obrigatoriamente, que decidir conclusivamente sobre o pedido de recurso, sendo permitido que a mesma seja prorrogada por duas vezes ou que, caso seja necessário, seja uma única vez continuada no dia útil subsequente.

## **Capítulo XIII**

### **Das eleições para as Divisões Técnicas Especializadas - DTE's**

#### **Disposições Gerais**

**Artigo VII-55** – De dois em dois anos, na segunda quinzena de agosto, serão realizadas eleições para as Mesas Diretoras das Divisões Técnicas Especializadas, estabelecidas nos termos do artigo 44, parágrafo único, do Estatuto do Clube de Engenharia, e em conformidade com os este Regimento Interno.



§ 1º - As eleições serão convocadas pela utilização dos mesmos instrumentos de convocação das Assembleias Gerais Ordinárias para Eleição do Terço do Conselho Diretor, e por meio de nota publicada no Jornal do Clube de Engenharia, em suas edições de julho e agosto de cada ano.

§ 2º - Independentemente do disposto no parágrafo anterior, o (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas deverá (ão) postar, para todos os sócios inscritos em Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do 1º (primeiro) dia de votação, todos os esclarecimentos necessários aos eleitores sobre os dispositivos deste Regimento Interno.

§ 3º - O (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas deverá (ão), ainda, distribuir para todos os sócios inscritos em cada Divisão Técnica Especializada - DTE, com direito a voto, os nomes e programas dos candidatos às Mesas Diretoras, desde que recebidos em até 20 (vinte) dias antes do início das votações.

§ 4º - Caso não se apresentem candidatos para uma ou mais Mesas Diretoras de Divisões Técnicas Especializadas - DTE's, o (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas levará (ão) o assunto ao Conselho Coordenador das Divisões Técnicas Especializadas - DTE's que decidirá entre uma nova convocação ou pelo encaminhamento da matéria ao Conselho Diretor.

## **Do registro das chapas**

**Artigo VII-56** - O período de registro das chapas terá início às 12 (doze) horas do dia 15 (quinze) de julho e se encerrará às 20 (vinte) horas do dia 1º (primeiro) de agosto,

**§ único** - O registro das chapas será efetuado na Secretaria da Diretoria Técnica, através de carta dirigida pelo representante da chapa ao (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas. O modelo da carta deverá encontrar-se à disposição dos interessados na referida Secretaria quando da publicação dos instrumentos convocatórios para o processo eleitoral.

**Artigo VII-57** - Somente serão consideradas registradas as chapas que obedecerem, na íntegra, aos seguintes requisitos:

I - A quantidade de candidatos da chapa deve ser de no mínimo 3 (três) sócios: Chefe, Subchefe e Secretário e no máximo 7 (sete) sócios: Chefe, Subchefe e 5 (cinco) Secretários.

II - Todos os candidatos da chapa devem ser sócios inscritos na Divisão Técnica Especializada - DTE em que concorrem há pelo menos 30 (trinta) dias antes da data da eleição da Comissão Executiva.

III - Todos os candidatos da chapa devem estar em dia com o Clube no ato do registro da mesma. Caso não estejam, terão um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para efetuar o pagamento. Caso este prazo não seja cumprido, automaticamente a chapa não terá o seu registro homologado.

IV - Todos os candidatos da chapa devem colocar os cargos, nomes e respectivas assinaturas e números de matrícula do Clube no modelo de carta -registro da secretaria da Divisão Técnica - DT, assim como deve ser definido nessa carta quem será o Coordenador da Chapa, escolhido por ela própria.

V - A chapa não pode possuir candidatos que já tenham cumprido 02 (dois) mandatos consecutivos, Chefe, Subchefe e Secretários na mesma Divisão Técnica Especializada - DTE.

VI - A chapa não pode possuir candidatos registrados para concorrer em outra Divisão Técnica Especializada - DTE, mesmo em cargos diferentes.

VII - A chapa não poderá utilizar o nome registrado anteriormente nas atuais eleições, por outra chapa na sua Divisão Técnica Especializada - DTE ou em outra Divisão Técnica Especializada - DTE.

§ **único** - No prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a data de encerramento da entrega dos pedidos de registro de chapas, o (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas verificará (ão) o preenchimento das condições exigidas no caput deste artigo.

## **Da votação**

**Artigo VII-58** - As votações serão realizadas em 3 (três) dias úteis definidos nos termos da convocação das Assembleias Gerais Ordinárias para eleição do Terço do Conselho Diretor.

§ 1º - O local da votação será na sede social do Clube de Engenharia, em área restrita a ser definida pelo (s) Diretor(es) designado (s) para as Atividades Técnicas.

§ 2º - No local da votação haverá 01 (uma) urna para cada Divisão Técnica Especializada - DTE, sendo considerado anulado o voto de cédula colocada em urna errada.

§ 3º - As cédulas de cada Divisão Técnica Especializada - DTE serão devidamente carimbadas com o nome da respectiva Divisão Técnica Especializada - DTE e rubricadas por um dos Diretores designados para as Atividades Técnicas.

**Artigo VII-59** - Somente poderão votar nas eleições da Mesa Diretora os sócios efetivos, quites com o Clube de Engenharia e inscritos na Divisão Técnica respectiva há, pelo menos, 30 (trinta) dias antes do início da votação.

§ **único** - Não serão aceitos votos por procuração, mesmo que acompanhados de justificativa.

**Artigo VII-60** - Na véspera do 1º (primeiro) dia de votação será realizada reunião, às 18 (dezoito) horas, na Diretoria Técnica, com os Coordenadores de Chapa para indicação de 1 (um) fiscal por chapa para acompanhamento da votação e do processo de apuração. Os fiscais deverão estar quites com suas obrigações perante o Clube e terão livre circulação no local do processo eleitoral, desde que munidos de suas credenciais.

### **Da apuração**

**Artigo VII-61** - A apuração terá início às 20 (vinte) horas do último dia do processo eleitoral e será coordenada pelo (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas.

§ 1º - O local da apuração será na Sede Social do Clube de Engenharia, em área restrita a ser definida pela Diretoria Técnica.

§ 2º - No local de apuração somente poderão permanecer os Coordenadores da chapa, os Fiscais previamente indicados por cada chapa, o (s) Diretor (es) designado (s) para as Atividades Técnicas e os funcionários da Diretoria Técnica.

**Artigo VII-62** - O quorum mínimo necessário para eleger a Comissão Executiva de uma Divisão Técnica Especializada - DTE será de 10% do total de membros quites inscritos nestas Divisões Técnicas Especializadas - DTE's.

**Artigo VII-63** - Caso haja empate entre chapas de uma Divisão Técnica Especializada - DTE, o desempate será decidido levando-se em consideração o somatório dos tempos de associação do Clube de Engenharia dos candidatos a Chefe, Subchefe de cada chapa na Divisão Técnica Especializada – DTE em que concorrem. Caso o empate persista, o desempate será decidido levando-se em consideração o somatório dos tempos de associação ao Clube de Engenharia dos candidatos a Chefe, Subchefe de cada Chapa.

**Artigo VII-64** - Registros considerados necessários pelos membros das Chapas concorrentes serão aceitos, desde que por escrito, para serem anexados ao relatório da Mesa.

### **Capítulo XIV**

#### **Eleições para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-RJ**

## **Da condição de representante do Clube de Engenharia junto ao CREA-RJ**

**Artigo VII-65** - O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-RJ, de ora em diante denominado CREA-RJ neste Regimento, define, em seu Regimento Interno, que as vagas de membros de seu Conselho serão preenchidas por representantes eleitos ou indicados por entidades, sendo uma delas o Clube de Engenharia. Nos termos do Estatuto do Clube de Engenharia, os representantes do Clube de Engenharia junto ao CREA-RJ serão eleitos pelo seu Conselho Diretor. As vagas serão preenchidas por duplas de representantes por modalidade, sendo um representante titular, e o outro suplente do mesmo exceto quando, por perda de mandato ou vacância de cargo do representante titular ou suplente, houver necessidade de eleição para complementar as vagas existentes.

## **Das datas**

**Artigo VII-66** - As eleições dos representantes do Clube de Engenharia junto ao CREA-RJ serão realizadas na segunda reunião ordinária do Conselho Diretor do mês de novembro de cada ano.

**§ único** - Poderão ser candidatos todos os associados efetivos em gozo de seus direitos associativos, que sejam registrados no CREA-RJ e que se candidatem a vagas de representantes junto ao CREA-RJ em modalidades às quais estejam habilitados.

## **Do registro das chapas**

**Artigo VII-67** - As chapas para concorrerem às eleições dos representantes do Clube junto ao CREA-RJ, deverão ser registradas por requerimento ao Diretor designado para Assuntos Institucionais, até as 20 (vinte) horas do dia 15 (quinze) de outubro, ou dia útil que imediatamente o anteceder, caso recaia em sábado, domingo ou feriado.

§ 1º - O requerimento deverá conter o nome de cada candidato e a que cargo se apresenta como candidato (modalidade e se como titular ou suplente), anexar cópia da carteira do CREA de cada candidato, bem como a comprovação que tenha pago a anuidade do CREA-RJ do ano em curso.

§ 2º - O requerimento deverá ser assinado pelo representante da chapa, que se responsabilizará pelos dados apresentados. Cada candidato deverá assinar um requerimento solicitando o seu registro e autorizando a inclusão de seu nome na chapa em questão. Não será aceita a candidatura de quem se candidate por mais de uma chapa ou para mais de uma vaga.

§ 3º - As chapas poderão conter candidaturas a todos os cargos disponíveis ou só apresentar candidaturas a alguns cargos apenas.

§ 4º - Em qualquer modalidade, havendo vaga de titular, as chapas devem sempre preencher estas vagas primeiramente, sendo vedado apresentar candidatura ao cargo de representante suplente numa modalidade, em que a vaga de titular correspondente não esteja preenchida.

§ 5º - Não poderá ser registrado candidato a representante do Clube junto ao CREA- RJ, efetivo ou suplente, quando sua eleição vier a resultar em superposição de mandatos de um candidato para uma mesma modalidade (titular e suplente) ou para modalidades diferentes.

**Artigo VII-68** - Se durante o processo eleitoral houver alteração do número, na duração dos mandatos e composição por modalidades da representação do Clube de Engenharia no CREA-RJ, essas alterações serão comunicadas imediatamente pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais aos representantes de chapas, para adaptação das chapas a estas alterações.

§ 1º - Na comunicação em questão já será informado o prazo para apresentação das alterações de nomes.

§ 2º - Aos novos nomes caberá atender aos mesmos requisitos previstos no parágrafo 1º do artigo anterior.

**Artigo VII-69** – O Diretor designado para Assuntos Institucionais terá dois dias úteis, a contar do dia limite de registro de chapas para verificar se estão atendidos todos os requisitos para registro das candidaturas, inclusive, no caso de candidatos à reeleição, se existe impedimento por parte do CREA-RJ.

§ 1º - Se algum dos candidatos não preencher os requisitos previstos nos artigos acima, esta situação será comunicada pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais aos representantes de chapas, para adaptação das chapas a estas alterações.

§ 2º - A chapa que tenha candidatos nesta situação poderá substituí-los, uma única vez, no prazo de dois dias úteis desde a comunicação acima. Poderá também a chapa optar por não preencher as vagas decorrentes desta situação.

§ 3º - Aos novos nomes caberá atender aos mesmos requisitos previstos no parágrafo 1º do artigo anterior. Caso algum não preencha os requisitos, a vaga ficará sem preenchimento.

## **Das cédulas**

**Artigo VII-70** - As cédulas deverão ser padronizadas em modelo único, apresentando separadamente as chapas com o designativo da chapa, e dentro de cada chapa os candidatos agrupados por modalidades, indicando os candidatos a representante titular e os respectivos suplentes, bem como a duração dos mandatos, quando for menor do que o mandato normal de três anos. Em frente ao nome de cada candidato a representante titular existirá uma quadrícula onde o eleitor, assinalando-a, indicará que deseja votar naquele candidato e no seu suplente, caso exista suplente registrado para aquela vaga.

**Artigo VII-71** - Nas cédulas únicas, as chapas registradas constarão na ordem que for estabelecida por sorteio em reunião dos representantes das chapas com o Diretor designado para Assuntos Institucionais uma semana antes da primeira reunião ordinária do Conselho Diretor do mês de novembro.

### **Da divulgação e da propaganda**

**Artigo VII-72** - O Jornal do Clube de Engenharia reservará espaço, em suas edições de setembro e outubro de cada ano, para informar aos sócios que irão acontecer no mês de novembro eleições para representantes do Clube de Engenharia no CREA-RJ e indicando o número de representantes que serão eleitos, a duração dos mandatos e as respectivas modalidades, informando a data e hora limite para apresentação das candidaturas e as exigências para sua apresentação. O Jornal do Clube de Engenharia de novembro publicará os nomes dos candidatos inscritos, distribuídos nas diversas chapas, indicando as modalidades a que estão concorrendo, bem como a duração dos mandatos.

**Artigo VII-73** – Da mesma forma, a Página do Clube de Engenharia na Internet divulgará, a partir do início do mês de setembro, que irão acontecer no mês de novembro eleições para representantes do Clube de Engenharia no CREA-RJ e indicando o número de representantes que serão eleitos e as respectivas modalidades, bem como a duração dos mandatos, informando a data e hora limite para apresentação das candidaturas e as exigências para sua apresentação. A partir de 15 de outubro, a Página do Clube de Engenharia na Internet publicará os nomes dos candidatos inscritos, distribuídos nas diversas chapas, indicando as modalidades para as quais estão concorrendo, bem como a duração dos mandatos.

### **Da votação para eleições dos representantes do Clube de Engenharia no CREA-RJ**

**Artigo VII-74** – A eleição para representantes do Clube de Engenharia no CREA-RJ será o primeiro item da terceira parte da Ordem do Dia da reunião do Conselho Diretor. Nesta reunião não será prevista exposição de temas especiais.

**Artigo VII-75** – A Mesa Diretora do Conselho Diretor distribuirá as cédulas para cada Conselheiro presente, devidamente sobrescritas pelos Membros da Mesa Diretora e providenciará uma urna para recepção dos votos. A votação será feita através de chamada nominal, seguindo a ordem das assinaturas no livro de presença. Antes da chamada, a Mesa Diretora procederá à verificação do quorum. A eleição só será válida se verificado o quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) Conselheiros que exerçam o direito de voto.

**§ único:** Somente poderão exercer o direito de voto os Conselheiros que possuam registro no CREA-RJ.

**Artigo VII-76** - No caso de não ser atingido quorum mínimo para votação, a eleição será transferida para a próxima reunião do Conselho Diretor.

### **Da apuração e da proclamação dos representantes do Clube no CREA-RJ**

**Artigo VII-77** - Findo o processo de votação, será feita a apuração pela Mesa Diretora.

**§ único** - Será nulo o voto que:

- (a) estiver rasurado;
- (b) contiver qualquer sinal ou anotação que anule a característica de secreto;
- (c) não utilizar a cédula oficial com o sobrescrito da Mesa Diretora.
- (d) assinalar, em qualquer modalidade considerada pelo CREA-RJ, um número maior de candidatos do que o número de vagas existentes para essa modalidade.

**Artigo VII-78** - Caso haja vários candidatos para uma mesma vaga e havendo empate entre os mais votados, será eleito o candidato com mais tempo de sócio do Clube de Engenharia.

**Artigo VII-79** - Terminada a apuração, o Presidente da Mesa proclamará os eleitos, ou seja, os candidatos mais votados para representantes titulares e seus suplentes, em cada uma das modalidades de engenharia consideradas por este órgão e de acordo com o número de vagas para cada modalidade.

**Artigo VII-80** - Será desconsiderado qualquer papel diferente das cédulas oficiais que seja encontrado nas urnas.

**Artigo VII-81** – O Segundo Secretário da Mesa Diretora lavrará a ata da reunião onde deverá constar, na parte referente às eleições para representantes do Clube de Engenharia no CREA- RJ o nome dos eleitos como representantes do Clube de Engenharia junto ao CREA-RJ por modalidade, bem como a duração dos mandatos, além de quaisquer outras informações ou registros de acontecimentos ocorridos durante a votação e a apuração, e que sejam considerados relevantes.

### **Da perda de mandato ou vacância de cargos – novas eleições**

**Artigo VII-82** – Caso um dos representantes perca seu mandato, ou o cargo se torne vago, deverá ser procedida nova eleição para o cargo vacante. Se o representante titular perder o mandato, assumirá o representante suplente em seu lugar e será eleito um suplente, para a vaga que será criada. Se ambos os cargos ficarem vagos será realizada eleição tanto para o representante titular como para seu suplente.

**§ único** - Nos casos em que a vacância se der após ter sido cumprido mais de cinquenta por cento (50%) do período do mandato, o novo representante poderá ser designado pela Diretoria, escolhendo para tal o candidato mais votado e não eleito dentre os que se candidataram pela mesma chapa e no mesmo ano em que o candidato que se afastou. Em não havendo um candidato não eleito pela mesma chapa, será realizada nova eleição.

**Artigo VII-83** - A eleição será marcada na primeira reunião ordinária do Conselho Diretor que se seguir à comunicação oficial de vacância pelo CREA-RJ ou ao conhecimento do fato pelo Conselho Diretor, independente do recebimento dessa comunicação. A eleição deverá ser realizada pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias após essa reunião do Conselho Diretor que estabelecer a data, devendo ocorrer, sempre, em uma primeira reunião ordinária do Conselho do mês.

## **Do registro das chapas**

**Artigo VII-84** - As chapas para concorrerem às eleições deverão ser registradas por requerimento ao Diretor designado para Assuntos Institucionais, até a sexta-feira precedente da reunião ordinária do Conselho Diretor imediatamente anterior à que será realizada a eleição, ou dia útil que imediatamente a anteceder, caso recaia em feriado. O Diretor designado para Assuntos Institucionais informará, na reunião do Conselho Diretor a relação dos candidatos.

§ 1º - O requerimento deverá conter o nome de cada candidato e a que cargo se apresenta como candidato (modalidade e se como titular ou suplente), anexar cópia da carteira do CREA de cada candidato, bem como a comprovação de que tenha pago a anuidade do CREA-RJ do ano em curso.

§ 2º - O requerimento deverá ser assinado pelo representante da chapa, que se responsabilizará pelos dados apresentados. Cada candidato deverá assinar um requerimento solicitando o seu registro e autorizando a inclusão de seu nome na chapa em questão. Não será aceita a candidatura de quem se candidate por mais de uma chapa ou para mais de uma vaga.

§ 3º - As chapas poderão conter candidaturas a todos os cargos disponíveis ou só apresentar candidaturas a alguns cargos apenas.



§ 4º - Em qualquer modalidade, havendo vaga de titular, as chapas devem sempre preencher estas vagas primeiramente, sendo vedado apresentar candidatura ao cargo de representante suplente numa modalidade, em que a vaga de titular correspondente não esteja preenchida.

**Artigo VII-85** – O Diretor designado para Assuntos Institucionais terá dois dias úteis, a contar do dia limite de registro de chapas para verificar se estão atendidos todos os requisitos para registro das candidaturas.

§ 1º - Se algum dos candidatos não preencher os requisitos previstos nos artigos acima, esta situação será comunicada pelo Diretor designado para Assuntos Institucionais aos representantes de chapas, para adaptação das chapas a estas alterações.

§ 2º - A chapa que tenha candidatos nesta situação poderá substituí-los, uma única vez, no prazo de dois dias úteis desde a comunicação acima. Poderá também a chapa optar por não preencher as vagas decorrentes desta situação.

§ 3º - Aos novos nomes caberá atender aos mesmos requisitos previstos no parágrafo 1º do artigo anterior. Caso algum não preencha os requisitos, a vaga ficará sem preenchimento.

## **Das cédulas**

**Artigo VII-86** – As cédulas deverão obedecer ao disposto no Artigo VII-70, acima.

**Artigo VII-87** - Nas cédulas únicas, as chapas registradas constarão na ordem que for estabelecida por sorteio na reunião do em que Conselho Diretor na qual for informada a relação de nomes dos candidatos.

## **Da divulgação e da propaganda**

**Artigo VII-88** - O Jornal do Clube de Engenharia reservará espaço, na edição do mês anterior em que será realizada a eleição para informar aos sócios sobre a realização da eleição, indicando o número de representantes que serão eleitos, a duração dos mandatos e as respectivas modalidades, informando a data e hora limite para apresentação das candidaturas e as exigências para sua apresentação.

**Artigo VII-89** – Da mesma forma, a Página do Clube de Engenharia na Internet divulgará, a partir da decisão sobre a realização das eleições, que irão acontecer eleições para representantes do Clube de Engenharia no CREA-RJ e indicando o número de representantes que serão eleitos e as respectivas modalidades, bem como a duração dos mandatos, informando a data e hora limites para apresentação das candidaturas e as exigências para sua apresentação.

## **Da votação, apuração e proclamação dos representantes**

**Artigo VII-90** - A votação, apuração e proclamação dos representantes deverão obedecer ao disposto nos Artigos VII-74 a VII-81.

## **Capítulo XV**

### **Eleições dos representantes do Clube de Engenharia junto às demais entidades onde o Clube de Engenharia tenha representação permanente**

#### **Das datas**

**Artigo VII-91** – As eleições dos representantes do Clube de Engenharia junto às demais entidades onde ele tenha representação permanente serão realizadas em reuniões ordinárias do seu Conselho Diretor, em datas compatíveis com as datas estipuladas para o início dos mandatos dos representantes ou de suas renovações. A eleição deverá ser marcada em reunião ordinária do Conselho Diretor para a reunião seguinte do citado Conselho.

§ 1º – Caso esse procedimento seja incompatível com a data estipulada para designação dos representantes, a eleição será programada para ser realizada na primeira reunião ordinária do Conselho Diretor a ser realizada após o Clube receber a solicitação para indicação dos representantes.

§ 2º – Poderão ser candidatos todos os associados efetivos em gozo de seus direitos associativos.

#### **Do registro das candidaturas**

**Artigo VII-92** – Os Candidatos para concorrerem às eleições, deverão requerer registro ao Diretor designado para Assuntos Institucionais, até 1 (uma) hora antes da reunião do Conselho Diretor em que será realizada a eleição.

§ 1º - O requerimento deverá conter o nome do candidato ao cargo titular e o (s) nome(s) do (s) candidato (s) a seu (s) suplente (s).

§ 2º - As candidaturas para os cargos de suplente estão vinculadas à candidatura ao cargo de titular, não sendo admitidas candidaturas apenas para cargos de suplentes.

§ 3º - O requerimento deverá ser assinado pelo candidato a titular e pelo (s) suplente (s), se existir (em) vaga (s) para suplente (s). Não será aceita a candidatura de quem se candidate como suplente de mais de um candidato.

## **Das cédulas**

**Artigo VII-93** - As cédulas deverão ser padronizadas em modelo único, indicando o nome dos candidatos a cargo de titular os nomes do (s) seu (s) suplente (s). Em frente ao nome de cada candidato titular existirá uma quadrícula onde o eleitor, assinalando -a, indicará que deseja votar naquele candidato e no (s) seu (s) respectivo (s) suplente (s). Nas cédulas únicas, as os nomes dos candidatos ao cargo de titular constarão na ordem alfabética.

**Artigo VII-94** – Logo após marcada a data da eleição, a secretaria do Conselho Diretor enviará comunicação a todos os sócios por meio eletrônico, informando a data da realização da eleição e dos procedimentos de registro das candidaturas. Da mesma forma, a Página do Clube de Engenharia na internet divulgará, a partir da comunicação sobre a realização de eleição, a data em que esta se efetivará e o prazo e procedimento para registro de candidaturas.

## **Da votação para eleições dos representantes**

**Artigo VII-95** – A eleição para representantes será o primeiro item da terceira parte da Ordem do Dia da reunião do Conselho Diretor.

**Artigo VII-96** – A Mesa Diretora do Conselho Diretor distribuirá as cédulas para cada Conselheiro presente, devidamente sobrescritas pelos membros da Mesa Diretora e providenciará uma urna para recepção dos votos. A votação será feita através de chamada nominal, seguindo a ordem das assinaturas no livro de presença. A eleição só será válida se verificado o quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) Conselheiros que exerçam o direito de voto.

**Artigo VII-97** - No caso de não ser atingido quorum mínimo para votação, a eleição será transferida para a próxima reunião do Conselho Diretor.

## **Da apuração e da proclamação dos representantes do Clube**

**Artigo VII-98** - Findo o processo de votação, será feita a apuração pela Mesa Diretora.

§ 1º - Será nulo o voto que:

- (a) estiver rasurado;
- (b) conter qualquer sinal ou anotação que anule a característica de secreto;
- (c) não utilizar a cédula oficial com o sobrescrito da Mesa Diretora.

(d) assinalar um número maior de candidatos de que o número de vagas.

**Artigo VII-99** - Terminada a apuração, o Presidente da mesa proclamará como eleito o candidato a cargo titular que houver recebido maior número de votos, bem como seu (s) respectivo (s) suplente (s).

**Artigo VII-100** - Caso haja vários candidatos para uma mesma vaga e havendo empate entre os mais votados, será eleito o candidato com mais tempo de sócio do Clube de Engenharia.

**Artigo VII-101** - Será desconsiderado qualquer papel diferente das cédulas oficiais que seja encontrado nas urnas.

**Artigo VII-102** – O Segundo Secretário da Mesa Diretora lavrará a ata da reunião onde deverão constar, na parte referente às eleições para representantes do Clube junto às entidades onde o Clube de Engenharia tenha representação permanente os nomes dos candidatos eleito para cargo titular e do (s) seu (s) respectivo (s) suplentes, além de quaisquer outras informações ou registros de acontecimentos ocorridos durante a votação e a apuração, e que sejam considerados relevantes.

## **Capítulo XVI**

### **Das representações permanentes**

**Artigo VII-103** – A Diretoria do Clube de Engenharia designará um ou mais Diretores para acompanharem e supervisionarem a atuação dos representantes do Clube junto às entidades onde o Clube de Engenharia tenha representação permanente, inclusive junto ao CREA-RJ, comunicando em seguida ao Conselho Diretor essa designação.

§ 1º - Esses Diretores deverão promover reuniões periódicas com os representantes do Clube nessas entidades, para o devido acompanhamento e supervisão da atuação dos representantes;

§ 2º - Esses Diretores terão como obrigação fazer semestralmente uma apresentação para a Diretoria e, em seguida para o Conselho Diretor, ou sempre que for necessário, sobre a atuação dos representantes junto às entidades onde o Clube de Engenharia tenha representação permanente. A apresentação ao Conselho Diretor deverá ser feita na segunda parte da sessão, destinada à exposição de temas especiais.

§ 3º - Caso considere necessário, o Diretor poderá apresentar proposta ao Conselho Diretor estabelecendo, ou mesmo esclarecendo, o posicionamento do Clube de Engenharia sobre determinado assunto, de modo a orientar o representante na sua atuação junto à entidade em que representa o Clube. Essa proposta deverá ser a primeira a ser apreciada na terceira parte da sessão do Conselho Diretor em que for incluída na agenda da reunião.

§ 4º - Nos casos em que o prazo para indicação de um representante do Clube de Engenharia a uma entidade ou órgão, for tal que impossibilite a indicação na sequência de eventos prevista neste Regimento Interno, a Diretoria poderá realizar a indicação de um representante provisório que exercerá este mandato até a eleição de um representante atendendo ao preceituado nos artigos VII- 83 e VII 91. O período de mandato destes representantes provisório não poderá exceder sessenta (60) dias.

**Artigo VII-104** - O Presidente do Clube, baseado em decisão da Diretoria, apoiada no parecer de um dos Diretores designados para acompanharem e supervisionarem a atuação dos representantes do Clube junto às entidades onde o Clube de Engenharia tenha representação permanente, inclusive junto ao CREA-RJ, deverá propor ao Conselho Diretor a perda de mandato dos representantes que se enquadrarem no disposto no parágrafo quarto do Artigo 67 do Estatuto.

§ 1º - Essa proposta deverá ser distribuída para os Conselheiros em uma reunião ordinária do Conselho Diretor, bem como para o representante cujos atos serão apreciados. O Conselho Diretor só irá apreciar essa proposta na reunião seguinte, devendo ser a primeira a ser apreciada na terceira parte dessa sessão do Conselho Diretor. O representante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis após essa reunião do Conselho Diretor, em que for distribuída a proposta de perda de mandato, para apresentar sua defesa à secretaria do Conselho Diretor, que será enviada a todos os Conselheiros. O representante terá inclusive direito ao uso da palavra, bem como apresentar documentação sobre o assunto em pauta, por ocasião do debate da proposta no Conselho Diretor. Caso o Conselho Diretor aprove a perda do mandato, o representante será imediatamente informado por carta registrada, fax ou correio eletrônico.

§ 2º - Caso o representante deseje recorrer da decisão do Conselho Diretor, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data da reunião do Conselho para apresentar recurso à secretaria do Conselho Diretor. Passado esse período, caso não seja impetrado nenhum recurso, o Clube deverá comunicar a decisão de perda de mandato à entidade junto ao qual o representante atua.

§ 3º - O recurso será distribuído a todos os Conselheiros e apreciado na próxima reunião ordinária do Conselho Diretor. O representante terá direito ao uso da palavra, bem como apresentar documentação sobre o assunto em pauta, por ocasião do debate da proposta no Conselho Diretor. Caso o Conselho Diretor confirme a perda do mandato, o representante será imediatamente informado por carta registrada, fax ou correio eletrônico, e a entidade junto a qual o representante atua será comunicada imediatamente.

§ 4º - Os documentos relativos ao processo de perda de mandato deverão ser arquivados no Clube de Engenharia por 5 (cinco) anos no mínimo.

§ 5º - Na ocorrência de perda de mandato, deverá ser apresentada no Jornal do Clube e na Página da Internet, a íntegra da proposta de perda de mandato apresentada ao Conselho Diretor.

**Artigo VII-105** - Os representantes do Clube de Engenharia junto às entidades onde tenha representação permanente deverão:

- (a) nos casos de entidades cuja representação tenha mandato com duração determinada, cumprir o mandato conforme as regras da entidade;
- (b) nos casos de entidades cuja representação não tenha mandato com duração determinada, cumprir mandato de 1 (um) ano podendo, no máximo, ter 4 (quatro) mandatos sucessivos;
- (c) apresentar semestralmente à Diretoria e ao Conselho Diretor um relatório por escrito de suas atividades na representação para a qual foi designado, que servirá de subsídio às apresentações do Diretor designado para acompanhar e supervisionar a atuação dos representantes, previstas no Artigo VII-103;
- (d) o Conselho Diretor poderá a qualquer momento solicitar ao representante esclarecimentos que julgar necessários ou de interesse para o Clube de Engenharia.

## **Capítulo XVII**

### **Das condições para obtenção da condição de Conselheiro Honorífico.**

**Art. VII -106** - Considera-se como possuidor das condições para passagem à condição de Conselheiro Honorífico, aqueles candidatos eleitos para o Conselho Diretor, e que não possam comparecer habitualmente às reuniões do Conselho Diretor em decorrência de cargos exercidos.

§ 1º - São admitidos como cargos exercidos, para efeito deste artigo, os cargos eletivos dos Poderes Executivo ou Legislativo, em nível municipal, estadual ou federal; os cargos de Diretoria, previstos nos respectivos Estatutos, em empresa estatal ou de economia mista, em nível municipal, estadual ou federal;

§ 2º - Nos casos de apresentação de candidaturas a Conselheiro Honorífico, em que o cargo exercido pelo candidato não estiver relacionado dentre os previstos no parágrafo anterior, o Conselho Diretor, na reunião em que for feita a apresentação da proposta, designará uma comissão de pelo menos 5 (cinco) Conselheiros para análise da questão, que deverá na reunião seguinte apresentar seu relatório, definindo:

- (a) Se o cargo exercido pelo candidato é tal que se torne de interesse do Clube de Engenharia tê-lo como Conselheiro Honorífico.
- (b) Se efetivamente o candidato ocupa este cargo.

**Art. VII -107** - A passagem a esta condição será objeto de proposta a ser discutida em reunião ordinária do Conselho Diretor.

§ 1º - A proposta poderá ser apresentada a qualquer momento, pelo interessado, ou pela Diretoria do Clube de Engenharia ou por um grupo de pelo menos 10 (dez) Conselheiros.

§ 2º - A proposta deverá informar a condição do cargo exercido pelo Conselheiro em questão, início do período em que este cargo está sendo exercido ou irá ser exercido, e data de término, se houver definição prévia da mesma.

**Art. VII -108** - A proposta deverá ser encaminhada a Mesa Diretora do Conselho Diretor, que a distribuirá aos Conselheiros na primeira reunião do Conselho Diretor subsequente ao recebimento da mesma, marcando a análise da questão para a reunião ordinária subsequente.

**Art. VII -109** – A decisão sobre a proposta de passagem de um Conselheiro para a condição de Conselheiro Honorífico será o primeiro item da terceira parte da Ordem do Dia da reunião do Conselho Diretor. Nessa reunião não será prevista exposição de temas especiais.

§ 1º - A decisão da proposta será por votação aberta, por maioria simples dos Conselheiros. A votação só será válida se verificado o quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) Conselheiros que exerçam o direito de voto.

§ 2º - No caso de não ser atingido quorum mínimo para votação, a eleição será transferida para a próxima reunião do Conselho Diretor.

§ 3º - No caso de ser aceito o pleito, o Conselheiro em questão será empossado automaticamente em sua nova condição, não sendo necessário assinar novamente o livro de posse. Na reunião seguinte, será empossado para ocupar o cargo vacante de Conselheiro, o primeiro suplente, de acordo com o estabelecido no Artigo 69 do Estatuto do Clube de Engenharia.

**Art. VII -110** – A condição de Conselheiro Honorífico será perdida pelo seu detentor, quando do término do mandato para Conselheiro para o qual havia sido eleito, ou quando o mesmo deixar de exercer o cargo que lhe dava esta condição, nos termos do Art. VII -95 e seus parágrafos.

§ 1º - A decisão de retorno à condição de Conselheiro eleito é automática, devendo ser tomada pela Mesa do Conselho Diretor por si ou mediante solicitação escrita de qualquer Conselheiro ou Diretor.

§ 2º - Neste caso o Conselheiro suplente empossado para substituir o Conselheiro que passara à condição de Conselheiro Honorífico, perderá a condição de membro do Conselho Diretor.

§ 3º - Caso um outro, ou mais suplentes tenham passado para a condição de Conselheiro, por qualquer motivo, perderá a condição de Conselheiro, o que tiver menor número de votos na eleição correspondente, na ordenação prevista no Artigo 69



## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Capítulo I

##### Das Contribuições Financeiras

**Artigo 107 (original da versão anterior a alterada em 2015)** - A Diretoria poderá reajustar semestralmente o valor das jóias e contribuições financeiras, estabelecidas pelo Conselho Diretor para as diversas categorias de sócios, até o valor da variação da taxa do INPC para aquele trimestre.

Parágrafo primeiro - Reajustamentos superiores ao previsto no caput deste artigo deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Diretor pela Diretoria com justificativa detalhada.

Parágrafo segundo - O fato da Diretoria não reajustar as jóias e contribuições financeiras em um determinado semestre ou reajustá-las abaixo da variação do INPC não lhe autoriza a utilizar esta diferença para menor no reajustamento de qualquer semestre subsequente.

#### Capítulo II

##### Das faltas e penalidades

**Artigo 108** - Para o cumprimento do disposto no parágrafo primeiro do Artigo 20 do ESTATUTO deverá ser obedecido o seguinte procedimento:

- (a) caracterizada a situação de perda da condição de sócio qualquer membro da Diretoria, do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal ou um grupo de vinte (20) sócios no gozo de seus direitos encaminhará ao Conselho Diretor requerimento com justificativa detalhada solicitando o desligamento do quadro social dos sócios envolvidos;
- (b) o Conselho Diretor designará, entre os seus membros, comissão para em tempo determinado realizar sindicâncias necessárias e emitir parecer conclusivo sobre a matéria;
- (c) para a completa efetivação da sindicância os sócios em análise deverão ser convocados e prestar esclarecimentos através de edital publicado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias no Boletim Informativo;
- (d) após o parecer da comissão o conselho Diretor decidirá por maioria de seus membros presentes à reunião sobre o desligamento do(s) sócio(s) atingido(s) cabendo recurso à Assembleia Geral nos termos do parágrafo segundo do Artigo 20 do Estatuto.

### **Capítulo III**

#### **Das representações permanentes**

#### **VER TÍTULO VII – DAS ELEIÇÕES**

### **Capítulo IV**

#### **Dos sócios empregados e funcionários**

**Artigo 111** - O sócio do CLUBE somente poderá ocupar remunerado nos órgãos da estrutura do CLUBE quando previamente licenciado.

Parágrafo único - A licença prevista no caput deste artigo será concedida pelo Conselho Diretor a pedido do sócio e implicará na suspensão, enquanto durar a licença, dos direitos e deveres previstos nos artigos 14, 15, e alínea (c) do artigo 16 do Estatuto.

**Artigo 112** - Os funcionários do CLUBE desde que fora de seus horários de expediente poderão gozar dos direitos dos sócios previstos nas alíneas (a), (d), (e) e (h) do artigo 14.

### **Capítulo V**

#### **Licenciamento de sócios**

**Artigo 113** – Os Sócios Efetivos ou Contribuinte, quites com os seus compromissos financeiros para com o Clube, poderá requerer licença por período de até 2 (dois) anos por motivo de doença grave ou viagem ao estrangeiro, durante a qual ficará isento do pagamento de suas mensalidades, cabendo resolver sobre a oportunidade ou não da concessão da licença:

- A Diretoria, nos períodos de no mínimo 6 meses;
- O Conselho Diretor para as licenças por 24 meses e as prorrogações de 12 para 24 meses.

Parágrafo único: Enquanto durar a licença o sócio ficará com os seus deveres e direitos suspensos.

## Título IX

### Das disposições transitórias

\* **Artigo 114** - As Divisões Técnicas existentes na data de aprovação deste REGIMENTO são:

- (a) DTE de Eletrônica (DEL)
- (b) DTE de Construção (DCO)
- (c) DTE de Energia (DEN)
- (d) DTE de Engenharia Econômica (DEC)
- (e) DTE de Engenharia do Ambiente (DEA)
- (f) DTE de Estruturas (DES)
- (g) DTE de Formação e Execício Profissional (DPR)
- (h) DTE de Engenharia Industrial (DEI)
- (i) DTE de Geotécnica (DTG)
- (j) DTE de Recursos Naturais Renováveis (DRNR)
- (k) DTE de Transportes (DTR)
- (l) DTE de Urbanismo (DUR)
- (m) DTE de Engenharia de Segurança (DSG)
- (n) DTE de Recursos Minerais (DRM)

Parágrafo único - As áreas de atuação das Divisões Técnicas indicadas no caput deste artigo serão definidas em ato do Conselho Diretor por proposta do Diretor Técnico que a submeterá a aprovação do Conselho até 90 dias após a aprovação deste Regimento.

- Passou a ser denominado **Artigo 114** devido à Resolução do Conselho Diretor nº 15/86.